

Augusto Ferreira Ramos Filho
Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão
(Org.)



**GÊNERO EM
CONTEXTO:
ENTRE SIGNIFICADOS
E DESIGUALDADES**


EDuneal

Augusto Ferreira Ramos Filho
Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão
(Org.)

Gênero em contexto: entre significados e desigualdades



Arapiraca/AL
2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Reitor: Odilon Máximo de Moraes

Vice-Reitor: Anderson de Almeida Barros

Diretor da Eduneal: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

CONSELHO EDITORIAL DA EDUNEAL

Presidente: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

Titulares

Professores:

José Lidemberg de Sousa Lopes

João Ferreira da Silva Neto

Luciano Henrique Gonçalves da Silva

Natan Messias de Almeida

Maria Francisca Oliveira Santos

Márcia Janaína Lima de Souza - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Suplentes

José Adelson Lopes Peixoto

Edel Guilherme Silva Pontes

Maryny Dyellen Barbosa Alves Brandão

Ariane Loudemila Silva de Albuquerque

Ahiranie Sales dos Santos Manzoni

Elisângela Dias de Carvalho Marques - Sistema de Bibliotecas (SIBI)



COORDENAÇÃO GERAL DO XIII ENCCULT

Dr. José Crisólogo de Sales Silva

COMITÊ CIENTIFICO

Coordenadores do grupo de Trabalho

Augusto Ferreira Ramos Filho (UNEAL)

Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão (UNEAL)

Revisores Científicos

Fabiano Lúcio de Almeida Santos

Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão

Augusto Ferreira Ramos Filho

Revisão ortográfica

Jonatas Barbosa Campos

Assistente de Editoração

Débora Gabrielle Rosa da Silva Pereira

Samuel Nunes da Silva

Capa

JDMM Edições

Diagramação

JDMM Edições

Imagem da Capa

Freepik

Catologação na Fonte

G326 Gênero em contexto : entre significados e desigualdades / Augusto Ferreira Ramos Filho, Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão (Org.). – Arapiraca : Eduneal, 2024. 88 p. : il. : color (e-book).

Inclui bibliografia.

Inclui índice remissivo.

ISBN: 978-65-6061-012-5.

DOI: <https://doi.org/10.48016/xiiienccultgt12>

E-book: <https://www.eduneal.com.br/produto/genero-em-contexto/>

1. Gênero. 2. Desigualdades. 3. Representações sociais. 4. LGBTQIAPN+.
I. Ramos Filho, Augusto Ferreira, org. II. Gusmão, Luiz Geraldo Rodrigues de, org. III. Encontro Científico Cultural.

CDU: 343

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. RELAÇÕES DE GÊNERO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO NA ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	9
<i>José Eduardo Ferreira Dantas</i>	
<i>Júlia Hosana da Silva</i>	
<i>Rhayssa Irlley Pinheiro Pereira</i>	
<i>Sóstenes Ericson</i>	
2. MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E OBJETIFICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DOS CONSUMIDORES DA CALVIN KLEIN	23
<i>Gabriel de Abreu Silva</i>	
<i>Augusto Ferreira Ramos Filho</i>	
3. CONHECIMENTO DE ENFERMEIRAS EM RELAÇÃO AOS CASOS DE VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA POR MULHERES EM ARAPIRACA – ALAGOAS	34
<i>Danielle Siqueira Chalub</i>	
<i>Paula Rafella Santos de Oliveira</i>	
<i>Sóstenes Ericson</i>	
<i>Susana Crisina Aidé Viviane Fialho</i>	
<i>Jairo Werner Junior</i>	
4. ENTRE A TERNURA E A RAIVA: CONTRADIÇÕES UNIVERSITÁRIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS LGBTQIAPN+ NO SEMIÁRIDO ALAGOANO	46
<i>Ingridy Lara Araújo Silva</i>	
<i>Maria Augusta Costa dos Santos</i>	
<i>Anidayê Angelo Amorim</i>	
<i>Maria Alice Teodoro da Silva</i>	
<i>Davi Ferreira dos Santos</i>	
5. EXPLORANDO AS NARRATIVAS DE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALAGOAS	59
<i>Wheber Mendes dos Santos</i>	



**6. GUEIS SUBVERSIVOS, DE UMA AMEAÇA À MORALE AOS BONS COSTUMES,
A UMA PESTE: NOTAS GENEALÓGICAS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE
(1930-1983) 70**

Wheber Mendes dos Santos

SOBRE OS ORGANIZADORES 86

ÍNDICE REMISSIVO 87



APRESENTAÇÃO

“Há verdadeiramente duas coisas diferentes: saber e crer que se sabe. A ciência consiste em saber; em crer que se sabe reside a ignorância.”

Hipócrates

A ciência tem buscado trilhar caminhos para a verdade. A célebre frase atribuída a Hipócrates nos lembra o compromisso de contribuir significativamente para o desenvolvimento de conhecimentos que nos coloquem na posição de saber. A grande indagação é sobre como buscar este saber. Quais os caminhos? Quais os paradigmas que devem guiar a escolha de estratégias de pesquisa? Existe um melhor paradigma?

Na verdade, os pesquisadores precisam de maior clareza em relação aos paradigmas e como eles contribuem para a qualidade de suas pesquisas. De um lado temos o positivismo, do outro o interpretativismo. É claro que os paradigmas não se limitam às polaridades apresentadas, mas os estudos das ciências sociais aplicadas tendem a eleger um dos dois.

Nosso argumento é de que os pesquisadores se baseiam em conceitos pré-estabelecidos, levando-os a reflexão sobre seus significados e aplicações. Para nós, nenhum paradigma é melhor do que o outro. Os métodos e técnicas empregados em coerência com ambos os paradigmas geram conhecimentos válidos, iluminando, muitas vezes, pontos de vista distintos em relação a um mesmo objeto ou foco de pesquisa.

O que podemos explicar, senão aquilo que conseguimos ou pensamos ter alcançado. A ciência se alimenta tanto de elementos de continuidade quanto de ruptura conceitual radical (descontinuidade). Esta complexidade, ou seja, a capacidade de englobar de maneira entrelaçada, dialética e irremovível, tanto elementos de continuidade, que nos permita alguma referência às tradições anteriores, quanto elementos de descontinuidade, os quais são absolutamen-



te necessários para justificar rupturas que sejam compatíveis com um genuíno processo revolucionário.

Neste cenário reflexivo, nasce a organização deste livro, com foco em gênero, fruto de pesquisadores com modelos paradigmáticos tanto de continuidade quanto de descontinuidade. O objetivo foi reunir propostas de pesquisas de áreas distintas que fomentam o pensamento, reflexão e geração de novos conhecimentos. Um exercício contínuo de construção, destruição e reconstrução de conhecimentos.

O capítulo inicial, “Relações de gênero e seus efeitos de sentido na enfermagem durante a pandemia de covid-19”, mergulha no universo da enfermagem, historicamente marcada pela divisão sexual do trabalho. A pesquisa explora como a pandemia intensificou a culpabilização das mulheres por sua suposta incapacidade de conciliar o trabalho com as responsabilidades de cuidado, reforçando estereótipos de gênero e desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, o estudo destaca a resistência das mulheres e a necessidade de construir novas formas de organização social e profissional que valorizem o trabalho de cuidado e promovam a equidade de gênero

O texto intitulado “Masculinidade hegemônica e objetificação: uma perspectiva dos consumidores da calvin klein” se volta para a análise da campanha publicitária da Calvin Klein Primavera/Verão 2021. A pesquisa questiona como a masculinidade hegemônica é representada e reforçada nas imagens publicitárias, promovendo a objetificação do corpo masculino e perpetuando estereótipos de gênero que impactam a saúde mental e física dos homens. Através da análise crítica da campanha e de entrevistas com consumidores da marca, o estudo contribui para a desconstrução de modelos de masculinidade tóxica e para a construção de masculinidades mais saudáveis e igualitárias.

Com um olhar voltado para enfermagem e gênero, “Conhecimento de enfermeiras em relação aos casos de violência autoprovocada por mulheres em Arapiraca-Alagoas” traz à tona a problemática da violência autoprovocada por mulheres, um tema ainda pouco explorado no campo da enfermagem. A pesquisa busca compreender o conhecimento dos profissionais de enfermagem da atenção primária sobre o tema, evidenciando lacunas no conhecimento e na formação profissional. O estudo aponta para a necessidade de fortalecer a formação dos profissionais para o acolhimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência, com foco na prevenção e na promoção da saúde mental.



O quarto capítulo, “Entre a ternura e a raiva: contradições universitárias das representações sociais LGBTQIAPN+ no semiárido alagoano” se dedica às representações sociais sobre a comunidade LGBTQIAPN+ no contexto de uma Universidade pública do Semiárido Alagoano. A pesquisa revela a coexistência de visões progressistas e conservadoras dentro da instituição, evidenciando a necessidade de ações de combate à LGBTQIA+fobia e de promoção da inclusão e da diversidade. O estudo contribui para a construção de uma Universidade mais plural e acolhedora para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

O quinto capítulo “Explorando as narrativas de corpo, gênero e sexualidade na perspectiva de adolescentes de uma escola de educação básica de Alagoas” investiga a interseção entre corpo, gênero e sexualidade na perspectiva de adolescentes na educação básica. Utilizando uma abordagem qualitativa, foi coletado dados por meio de atividades propostas e aplicados a análise de discurso foucaultiana para identificar temas emergentes. Os resultados destacam como as normas sociais influenciam a construção da identidade desses jovens em relação ao corpo e à sexualidade.

Por fim, o capítulo final “Gueis subversivos, de uma ameaça à moral e aos bons costumes, a uma peste: notas genealógicas sobre a homossexualidade (1930-1983)” analisa a dispersão do discurso sobre a homossexualidade no Brasil (1930-1983), buscando compreender como o controle desse discurso é influenciado pelas tecnologias do biopoder e evidenciar as resistências homossexuais diante das forças biopolíticas e necropolíticas.

Ao apresentarmos esta obra, esperamos contribuir para o debate sobre as relações de gênero e suas implicações na sociedade brasileira. Acreditamos que este livro é um instrumento valioso para profissionais da área da saúde, educadores, estudantes e todos aqueles que se interessam por construir um mundo mais justo e inclusivo.

Que a leitura inspire a todos a refletir sobre os desafios e as possibilidades de transformação que se apresentam diante de nós.

Augusto Ferreira Ramos Filho
Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão
Organizadores



1

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO NA ENFERMAGEM DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19¹

José Eduardo Ferreira Dantas⁽¹⁾

Júlia Hosana da Silva⁽²⁾

Rhayssa Irley Pinheiro Pereira⁽³⁾

Sóstenes Ericson⁽⁴⁾

⁽¹⁾ 0000-0001-7429-2227; Universidade Federal de Alagoas, discente do curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus* Arapiraca, Brasil, E-mail: joseeduardoenf@gmail.com.

⁽²⁾ 0000-0002-2109-0469; Universidade Federal de Alagoas, discente do curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus* Arapiraca, Brasil, E-mail: juliahosana1@gmail.com.

⁽³⁾ 0000-0001-7643-8269; Universidade Federal de Alagoas, discente do curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus* Arapiraca, Brasil, E-mail: rhayssa.pereira@arapiraca.ufal.br

⁽⁴⁾ 0000-0003-0905-1376; Universidade Federal de Alagoas, docente e pesquisador do curso de Bacharelado em Enfermagem do *Campus* Arapiraca, Brasil, E-mail: sericson.ufal@gmail.com



INTRODUÇÃO

A família *Coronovidae* tem representantes de importância clínica para a população mundial há cerca de duas décadas, a exemplo da SARS-CoV e o MERS-CoV, existindo a ocorrência de surtos que causaram problemas de saúde pública. Recentemente, o SARS-CoV2 ganhou destaque por ser o causador da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19), doença que pode se apresentar a partir de sinais mais brandos, assemelhando-se a resfriados ou até mesmo ser assintomática, como também pode evoluir para uma síndrome respiratória, que tem como sintomas a dificuldade para respirar, lesões no trato respiratório, pneumonia, podendo levar ao óbito (Sampaio, 2020). O Brasil encontra-se entre os países mais atingidos pela pandemia de Covid-19, a qual foi responsável por intensi-

1 DOI: <https://doi.org/10.48016/xiiienccultgt12cap1>

ficar as desigualdades sociais, repercutindo nas diversas esferas da sociedade (Sommerhalder; Zanotto, Pentini, 2023).

Durante o período pandêmico, dentre os trabalhadores e trabalhadoras da saúde que atuavam na chamada linha de frente, a enfermagem se destacou. Trata-se de um campo profissional caracterizado pela divisão social e técnica do trabalho, sendo tal divisão ocasionada pela influência do capitalismo que ocasiona a fragmentação do trabalho e consequente alienação do trabalhador como uma forma de potencializar a extração da mais-valia (Leal; Melo, 2021). Além disso, a divisão sexual do trabalho evidencia um predomínio do sexo feminino compondo a força de trabalho em enfermagem, uma vez que, no Brasil, cerca de 84,6% são mulheres (Cofen, 2015).

A história do trabalho em enfermagem se interliga com a história das próprias mulheres (Padilha, 2006). Segundo Leal e Melo (2021), historicamente, o cuidado foi primariamente prestado por mulheres religiosas que o tinham como uma vocação, realizando-o por caridade, ou mesmo como uma penitência por seus pecados. Com o advento da enfermagem moderna na Europa (na segunda metade do século XIX), houve a transposição da responsabilidade do cuidar do espaço privado (doméstico e filantrópico) para as novas trabalhadoras de instituições públicas (governamentais). Entretanto, a prática do cuidado permaneceu atrelada à religiosidade e à vocação, sendo determinada socialmente como uma prática feminina, inerente à natureza da mulher.

Precursora da enfermagem moderna, Florence Nightingale foi responsável por estabelecer diretrizes para a atuação de enfermeiras, em seu livro “Anotações de enfermagem: o que é, e o que não é”. É possível observar que algumas dessas diretrizes ditam mais que técnicas ou competências relacionadas ao cuidado em enfermagem, pois reproduzem comportamentos que a sociedade da época considerava adequados para as mulheres que se propunham a cuidar (Ericson, 2018).

No Brasil, a profissão de enfermeira surgiu como predominantemente feminina, mas, ao longo do século XX, passou a contar com um aumento no ingresso de homens, fenômeno que impactou até mesmo o uso corrente da designação “enfermeiro”, mesmo que os indivíduos do sexo masculino nunca tenham chegado a dividir paritariamente o campo de trabalho da referida área (Padilha;



Vagheti; Brodersen, 2006). No entanto, é necessário apontar que, do ponto de vista discursivo, as mudanças materializadas na linguagem são orientadas ideologicamente, tendo em conta que a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Orlandi, 2015, p.46).

Nessa perspectiva, recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de vertente francesa, inaugurada por Michel Pêcheux (2009), com o objetivo de analisar as relações de gênero e os seus efeitos de sentido no trabalho em enfermagem, durante a pandemia de Covid-19.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceitos são construídos a partir de ideologias, debates, exigências políticas e relações socialmente firmadas em determinado período histórico, sendo assim, são passíveis da influência de interesses e disputas de determinados grupos sociais (Heilborn; Rodrigues, 2018). O conceito de gênero, por muito tempo, foi utilizado como sinônimo do termo “sexo”, o que remete à concepção biológica do termo, fato intimamente ligado à sua origem do latim *genus*, de onde, conforme Carvalho e Rabay (2015), derivam também termos como “gene”, “gerar” e “genital”.

É a partir desta concepção biológica de gênero que ocorre o apagamento da influência do meio social no modo como os indivíduos se comportam a partir dos costumes e “regras sociais” que são construídas em torno do gênero. Com a compreensão de que o gênero é socialmente construído, foram surgindo novos conceitos relacionados a este termo. A partir da década de 1970, a distinção entre sexo e gênero ganhou destaque, principalmente, com os movimentos de luta pelos direitos das mulheres, momento em que o termo “sexo” passou a remeter à concepção biológica e “gênero” às construções socioculturais das características que envolvem o que é masculino ou feminino (Heilborn; Rodrigues, 2018).

Vale destacar ainda que, de acordo com Butler (2018, p. 17), “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas”. Desse modo, as noções de gênero mais uma vez não estão restritas apenas ao âmbito biológico, como se estendem ao campo político e cultural em que são (re)produzidas. Não obstante, na sociedade capitalista, alguns fenômenos de origem sociocultural tendem a



ser naturalizados, desde que contribuam para a perpetuação de uma conjuntura baseada no acúmulo de capital.

Nessa perspectiva, elencamos a divisão sexual do trabalho a qual naturaliza uma suposta proximidade da mulher com o desenvolvimento de trabalhos relacionados à reprodução biológica e social dos sujeitos. Sendo assim, a aproximação da mulher com o cuidado das tarefas domésticas é consequência da instrumentalização do seu trabalho pelo capitalismo (Engels, 2019).

Segundo Hirata (2016), um exemplo de trabalho *feminino* é o cuidado que durante muito tempo foi realizado no âmbito doméstico de maneira gratuita e motivado pelo sentimento de amor, mas com a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve a profissionalização do cuidado. Nesse contexto, emergiu a enfermagem moderna, cujo processo de trabalho “assistir” (Sanna, 2007) está relacionado ao desempenho do cuidado enquanto *práxis*, o que repercutiu numa suposta aproximação do desempenho do ofício como o *ser feminino* e a performance de uma identidade de gênero correspondente.

Nessa perspectiva, o trabalho em enfermagem sofreu mudanças em meio ao contexto sócio-histórico em que estava inserido. Inicialmente, surge na sociedade patriarcal inglesa do século XIX, em que cada indivíduo tinha seu papel determinado mediante a concepção biológica de gênero. Segundo Scott, Louro e Silva (1995, p.86), o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Assim, a enfermagem surge como um trabalho ligado ao cuidado e à religião e, conforme observado por Meyer (1993), relacionado com o doméstico e a moralidade, sendo por isso, naturalmente destinado às mulheres.

A partir das contribuições de Florence Nightingale, a enfermagem se institucionalizou como ciência. Nesse contexto, se reproduziu a divisão social entre as categorias *nurses* e *lady-nurses*, que estavam associadas ao trabalho manual e ao trabalho intelectual, respectivamente. Marcas da divisão sexual do trabalho em enfermagem e das próprias relações de gênero que são constitutivas da sociedade e da enfermagem moderna podem ser observadas quando Florence Nightingale (1860) indica que o papel da mulher está para além do socialmente



determinado, propondo um rompimento com as sanções sociais vigentes e o empoderamento da mulher-enfermeira.

Dessa forma, apesar do aumento de mulheres no mercado de trabalho, as desigualdades ainda persistem na sociedade contemporânea (Hirata, 2018). Atualmente, apesar do processo de feminização persistente na enfermagem, tem se observado um aumento da inserção dos homens no campo profissional. Assim, apesar de uma tendência de os enfermeiros ocuparem cargos mais técnicos e de chefia, eles ainda enfrentam desafios decorrentes dos papéis que lhes são esperados socialmente, sofrendo com a discriminação e o preconceito (Sales, 2018). Nesse sentido, o campo da enfermagem se amplia, mas os estigmas associados ao gênero e as suas intersecções ainda permanecem evidenciados na linguagem.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, realizada a partir de em Grupo Focal (GF), tendo sido aprovada pelo CEP/UFAL, através do Parecer nº 4.525.156. Os sujeitos de pesquisa foram trabalhadores/as da equipe de enfermagem, que atuaram na linha de frente, em hospitais de campanha e de referência para o cuidado de casos graves de Covid-19, localizados nas cidades de Maceió, Arapiraca e Santana do Ipanema.

Os participantes foram selecionados a partir das respostas ao formulário digital que contava com questionamentos acerca da vida, saúde e trabalho durante a pandemia de Covid-19, aplicado nas instituições participantes do estudo, durante a primeira etapa do projeto “Riscos e exigências do/no trabalho em Enfermagem no enfrentamento da pandemia de Covid-19 em Alagoas”, ao qual esta pesquisa está vinculada. Ao responder o questionário, os sujeitos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e manifestaram o interesse em participar do GF.

Para a composição do GF e a fim de garantir maior heterogeneidade dos dizeres, os participantes interessados em participar desta etapa foram enumerados para realização de sorteio, sendo inicialmente sorteadas/os 15 enfermeiras/os e 15 técnicas/os em enfermagem. Contudo, naquele momento, surgiram dificuldades referentes à disponibilidade dos participantes e a quantidade de



respostas positivas. Assim, o GF de técnicos em enfermagem contou com 05 participantes e o de enfermeiros, 07 participantes, numerados conforme a ordem de inscrição nos respectivos GFs. Os momentos foram realizados remotamente, por meio dos aplicativos “Zoom” e “Microsoft Teams”, nos dias 02 e 08 de julho de 2022.

Os roteiros dos GFs foram previamente elaborados com questionamentos referentes ao trabalho em enfermagem durante a pandemia de Covid-19 e suas influências na saúde física e mental dos/as trabalhadores/as, além de ser comentado sobre os aspectos do vínculo empregatício e com a equipe, bem como das dificuldades relacionadas à atuação da equipe de enfermagem e sobre os aspectos da valorização desse campo profissional e o seu reconhecimento social. Em seguida, as gravações foram transcritas seguindo os critérios de Marcuschi, segundo a sistematização de Manzini (2008), o processo de transcrição foi realizado entre 23 de julho e 13 de agosto de 2022, sendo revisado por integrante da equipe ciente das respectivas normas e com experiência na área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, a prática do cuidado foi atrelada à mulher como se fosse algo intrínseco à sua natureza. Entretanto, com a ascensão do debate acerca dos papéis de gênero promovido pelo feminismo, observou-se que essa interpretação era consequência de uma visão machista que delimitava os papéis de cada gênero e estabelecia que o papel da mulher é cuidar da casa e da família, ao tempo em que o papel do homem é ser o provedor dos bens materiais necessários para a subsistência da família. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, criou-se uma dupla jornada de trabalho, pois, mesmo trabalhando fora de casa, elas continuaram sendo as únicas responsáveis pelo cuidado com a família (Montenegro, 2018).

Durante a pandemia, houve a intensificação da cobrança sobre as mulheres para que elas desempenhassem o papel de cuidadora em tempo integral. Entretanto, não foi considerado que as mulheres já vinham de um contexto de sobrecarga antes mesmo da pandemia, sendo essa apenas um catalisador para que a sobrecarga atingisse limiares não alcançados anteriormente, ocasionando um desgaste físico e mental ainda mais intenso (Braga; De Oliveira; Dos Santos,



2020). Trazendo a análise dos impactos da pandemia para o contexto do trabalho em enfermagem, é possível observar que as enfermeiras não tiveram sua jornada de trabalho interrompida ou reduzida, como algumas profissões, pois o seu trabalho foi essencial para o enfrentamento da pandemia, o que ocasionou o aumento do estresse devido ao risco de infecção e condições inadequadas de trabalho a qual elas permaneceram sujeitas.

Segundo o Observatório da Enfermagem, *site* administrado pelo Conselho Federal de Enfermagem (2023), houve 5.726 casos de infecções por Covid-19 entre os trabalhadores em enfermagem em todo o país, dentre os quais 81,23% correspondiam a trabalhadoras do sexo feminino, outrossim, as mulheres corresponderam a 69,14% das vítimas fatais da infecção viral. Esses dados evidenciam um processo latente de precarização do trabalho em enfermagem que foram potencializados com a pandemia.

Durante a pandemia, trabalhadores/as em enfermagem, que atuaram nos hospitais de campanha para combater a infecção pelo referido vírus, vivenciaram o medo da morte como consequência da sua sujeição a um futuro incerto em meio à crescente taxa de incidência do vírus. Tal medo ocasionou alterações no seu processo de trabalho e em suas relações com os demais trabalhadores e indivíduos do seu convívio pessoal (Ericson et al., 2021). Entretanto, mesmo com a alta chance de serem infectados e desenvolverem complicações potencialmente letais, foi comum a identificação de Sequências Discursivas (SDs) que demonstravam a preocupação dos trabalhadores com os outros membros da família, sem considerar a sua própria saúde nos enunciados. Esse fato pode ser observado na SD a seguir:

SD1: tipo, eu levar pra casa isso sabe, da minha mãe que tem pressão alta – TE4.

O trabalhador coloca a responsabilidade de transportar o vírus sobre si, ao utilizar o pronome “eu”, se culpando pela possibilidade de algo que, em partes, foge do seu controle acontecer. Ao dizer “levar pra casa isso” ele não denota compreender que transportar o vírus significa, também, infectar-se, colocando a infecção de outro, sua mãe, como algo mais grave que a sua. Esse fenômeno de culpabilização é ainda mais intenso entre as trabalhadoras do sexo feminino.



Nesse viés, retomamos Engels (2019, p. 94) que questiona a criação da família e os papéis sociais estabelecidos para cada indivíduo que a compõe, concluindo que a construção da família monogâmica moderna se deu a partir da “escravização doméstica aberta ou dissimulada da mulher”, pois, a partir da construção dessa família moderna, “a mulher foi degradada, escravizada, tornou-se escrava do desejo do homem e mero instrumento de procriação” (2019, p. 75), de modo que esse fato colaborou com a institucionalização das opressões a mulher.

A expressão do cuidado com a família, prestado pela mulher e a sua preocupação, podem ser observados na SD2.

SD2: eu coloquei a minha filha pra ficar morando com a minha mãe por conta dos plantões e por conta dos riscos a minha mãe tem algumas comorbidades e ainda além das comorbidades a gente descobriu esse câncer – TE2.

Barbosa et al. (2023) conduziram uma revisão bibliográfica sobre as práticas de autocuidado realizadas por trabalhadores em enfermagem durante o enfrentamento da pandemia. Os autores identificaram que é comum que enfermeiros sublimem as suas necessidades para que possam atuar mais assertivamente no cuidado à saúde. Nesse contexto, o autocuidado e a inteligência emocional do profissional devem ser redobrados no intuito de evitar que haja sofrimento excessivo e adoecimento mental.

A TE2 isolou-se da família, adotando o isolamento físico e social como ferramenta para a prevenção da disseminação do vírus para seus familiares. Na perspectiva do discurso, o não dito aponta que o isolamento, apesar de necessário, ocasionou sofrimento psíquico, pois a privou do contato com seus entes queridos tendo em vista a impossibilidade de a trabalhadora afastar-se do trabalho para cuidar da família da maneira que julga adequada. Desse modo, a mulher trabalhadora em enfermagem sofreu duplamente por precisar se manter firme enquanto trabalhava e cuidava da família, ao tempo em que não recebia o reconhecimento de seus esforços de maneira adequada, seja na esfera social ou familiar.

SD3: eu tive que me afastar da minha filha né porque eu tive covid pela segunda vez e terceira vez agora então na segunda vez a minha filha ela não reagiu muito bem então eu me sentia muito culpada - E3. (SIC)



Mesmo abdicando do contato com os familiares para protegê-los da infecção por Covid-19, a mulher ainda se sentiu mal, pois essa forma de cuidado não é socialmente reconhecida, sendo observada como um abandono. Isso denota que a cobrança pelo desempenho de funções de cuidado é intrínseca à mulher, fazendo parte da sua formação discursiva, provocando nela o sentimento de culpa que se evidencia na enunciação “me sentia muito culpada”.

A construção da culpa se dá a partir de um processo histórico complexo. No século XIII, próximo ao fim do feudalismo e expansão do capitalismo, as mulheres passaram a ser responsáveis pelo cuidado com a família de maneira intensa, se estabelecendo socialmente analogias entre a imagem da mãe e de uma santa, observando que ambas exigiam sacrifício e reclusão. Apesar desse fenômeno trazer a admiração da sociedade pelo seu papel enquanto protetora dos filhos, essa mudança foi responsável por limitar o papel da mulher a ser mãe e oprimir aquelas mulheres que não desejavam desempenhar tal papel.

Por sua vez, a Igreja Católica Apostólica Romana percebeu a relevância do papel da mãe, enquanto colaboradora do padre no processo de formação de indivíduos cristãos, razão pela qual a sua imagem foi cada vez mais atrelada a de Maria, mãe de Jesus, de modo que a Virgem Maria se tornou a padroeira de todas as mães, no intuito de intensificar a identificação entre as mulheres e a santa. Todo esse processo colaborou com o fortalecimento do discurso religioso acerca do papel da mãe enquanto cuidadora (Tourinho, 2006). Esse fenômeno se relaciona também com a construção da enfermagem e os estereótipos estabelecidos de que a mulher enfermeira possui, para além de aspectos relacionados ao cuidado, traços de abnegação e religiosidade em sua prática (Leal; Melo, 2021).

Além da autocobrança, as mulheres permaneceram sujeitas a práticas arbitrárias realizadas pelos seus familiares, como a imposição de períodos de isolamento maiores que o adequado em virtude do seu trabalho próximo a indivíduos infectados. Devido ao medo de serem responsabilizadas pela infecção do outro, as trabalhadoras em enfermagem sublimaram seus sentimentos, no intuito de fazer o melhor para os seus familiares.

SD4: o isolamento era catorze dias, mas minha mãe teve tanto medo que eu fiquei vinte e sete dias isolada sozinha no apartamento, ela ficou com muito medo e me deixou tipo o dobro do tempo - E7.



Outrossim, em diferentes enunciados, foi possível notar a figura da “mãe” sendo relatada como fonte de preocupação para o/a filho/a trabalhador/a ao tempo em que se mantinham em constante estresse, temerosas pela vida do/a filho/a. Em contrapartida, os pais não foram relatados como cuidadores ou mesmo houve relatos de preocupação advindos do pai. Desse modo, observamos que o cuidado com os trabalhadores em enfermagem que atuaram no enfrentamento da pandemia consistiu, majoritariamente, no cuidado prestado por suas mães, também vítimas da sobrecarga de cuidados demandados na pandemia, como pode ser observado nas SDs:

SD5: A minha mãe ela veio pra cima porque a minha mãe ela tinha passado pelo processo de me perder assim de uma/de medo né, de perder a filha então ela enlouqueceu ela queria me tirar, queria me tirar do trabalho e tudo mais - E3.

SD6: a minha mãe que mora em outra cidade ligava preocupada - E3.

A maternidade se refere ao vínculo de consanguinidade entre mãe e filho, enquanto a maternagem está relacionada à construção de um vínculo de acolhimento e cuidado entre uma mãe e o seu filho. Durante a Idade Média, a maternidade e os filhos não eram valorizados, sendo as práticas de maternagem terceirizadas a servos e amas de leite. No século XIX, houve o aumento da valorização da maternidade e da maternagem no mundo, ficando estabelecido que ambos são papéis naturais a serem desempenhados pelas mulheres. Entretanto, com a luta do movimento feminista, deu-se início ao processo que desnaturaliza a maternidade, levando a compreensão de que as mulheres não devem, obrigatoriamente, gestar e maternar filhos (Quelotti; Ribeiro, 2022).

Mesmo com a recente intenção de quebra desse paradigma, a maternagem ainda é observada como uma prática inerente às mães. Evidencia-se isso nas enunciações “de medo né, de perder a filha então ela enlouqueceu” e “minha mãe que mora em outra cidade ligava preocupada”. Se a preocupação das mães e com as mães foi intensificada durante a pandemia, o mesmo não ocorreu ou foi relatado quanto aos pais.

Gradwohl, Osis e Makuch (2014) apontam que, por volta da década de 1960, iniciou-se um processo de divisão das atividades de cuidado com o filho entre



pais e mães, formando a denominada “paternagem participativa”, ao estimular que a prática do cuidado fosse realizada também pelos pais. Apesar disso, ainda é uma prática incipiente, pois algumas práticas de cuidado estão relacionadas a tarefas domésticas, as quais causam incômodo aos homens, pois são tarefas vistas como “femininas” e isso fere a sua performance de masculinidade.

Ademais, a pandemia de Covid-19 realçou as relações de poder existentes na sociedade contemporânea. Isso pode ser evidenciado na SD3, que expõe o modo como a naturalização da assimetria ocorre numa relação de dominação, o que, aliás, pode ocorrer também em relações homoafetivas.

SD7: “ela veio pra Maceió em comemoração à ela ter se curado de um câncer e aí ela se recusou a tomar vacina porque o marido dela pediu pra ela não tomar” – E3

Trata-se de formulações que dão maior evidência a enunciados do tipo “ela se recusou”, o que daria ares de maior autonomia feminina, sobrepondo-o à base explicativa que o determina “porque o marido dela pediu pra ela não tomar”. Funciona como atenuante do domínio masculino, por exemplo, o uso pronominal, com efeito de posse (“o marido dela”), produzindo por paráfrase que ela tem um marido; como também o uso do verbo pedir, para suavizar o comando: “não tomar”, sob o argumento de que o câncer seria a contraindicação e não a justificativa, efeito primeiro do funcionamento de um discurso de viés negacionista, a despeito das recomendações científicas em presença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia afetou as relações sociais, principalmente no âmbito familiar, influenciando os papéis de mulheres e homens, bem como explicitaram os efeitos de sentido das relações de gênero, em diferentes formações discursivas. O presente estudo demonstrou a constituição de um processo de culpabilização da mulher pelo risco de contaminação da família, em decorrência do trabalho em enfermagem, como também evidenciou as relações de poder reproduzidas no contexto familiar, suavizando uma posição de superioridade e de domínio masculino sobre as mulheres. Espera-se, então, contribuir para a formação política no campo da enfermagem, face à naturalização do trabalho de cuidado e



a necessidade de resistência e luta das mulheres face às iniquidades sociais do tempo presente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, N. S.; CARDOSO COSTA, A. P.; ALVES DE ALENCAR RIBEIRO, A.; PEREIRA DA ROCHA, E.; DE SOUSA RIBEIRO, P. V.; ASTRÊS FERNANDES, M. Práticas de autocuidado em saúde mental de enfermeiros na pandemia da Covid-19. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 97, n. 2, p. 1-19, 2023. DOI: 10.31011/reaid-2023-v.97-n.2-art.1717. Disponível em: <https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1717>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BRAGA, I. F.; DE OLIVEIRA, W.; DOS SANTOS, M. A. “História do presente” de mulheres durante a pandemia da COVID-19: feminização do cuidado e vulnerabilidade. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 3, p.190-198, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42459/23919>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, M. E. P. de; RABAY, G. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 119-136, 2015. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v23n1/1806-9584-ref-23-1-00119.pdf>. Acesso em 27 out. 2023.

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem. **Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem**. 2015. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html. Acesso em: 18 ago. 2023.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ERICSON, S. Divisão Sexual do trabalho em discurso: implicações para mulheres enfermeiras no Brasil. In: IX Colóquio Internacional Marx Engels, Campinas, SP, **Anais** eletrônicos. p. 1-8, 2018.



E• ERICSON, S.; SOUZA, D. de O.; PEREIRA, R. I. P.; OMENA, B. S. S. de; SILVA, D. P. da. Efeitos de sentido do medo no trabalho em enfermagem face ao risco de morte por covid-19. **Revista Eletrônica Mutações**, [S. l.], v. 14, n. 23, p.2-19, 2021. Disponível em: periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/10918. Acesso em: 17 abr. 2023.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.

HEILBORN, M. L.; RODRIGUES, C. Gênero: breve história de um conceito. **APRENDER-Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 20, p. 9-21, 2018. Disponível em: <file:///D:/Downloads/4547-Texto%20do%20artigo-7899-5-10-20190322.pdf>. Acesso em 27 out. 2023.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalho-necessario/article/download/4552/4195>. Acesso em: 28 out. 2023.

LEAL, J. A. L.; MELO, C. M. M. **Processo de trabalho da Enfermeira**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. **A entrevista na pesquisa em Educação e Educação Especial**: uso e processo de análise. Livre-docência. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP, FFC - UNESP, Brasil. Ano de obtenção: 2008.

MEYER, D. E. E. "... Por que só mulheres?: o gênero da enfermagem e suas implicações. **Revista gaúcha de enfermagem**. Porto Alegre. Vol. 14, n. 1 (jan. 1993), p. 45-52, 1993. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/219799/000116893.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 out. 2023.

MONTENEGRO, R. C. de F. Mulheres e cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória, ES, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2018.

NIGHTINGALE, F. **Notes on nursing**: What it is, and what it is not. New York: D. Appleton and Company, p. X-X, 1860. Disponível em: <https://digital.library.upenn.edu/women/nightingale/nursing/nursing.html#XIV>. Acesso em: 16 set. 2023.



ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

PADILHA, M. I. C. de S. O ensino de história da enfermagem nos cursos de graduação de Santa Catarina. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, p. 325-336, 2006.

PADILHA, M. I. C. de S.; VAGHETTI, H. H.; BRODERSEN, G. Gênero e enfermagem: uma análise reflexiva. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 292-300, abr./jun. 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009;

QUELOTTI, A.; RIBEIRO, A. Maternidade e Maternagem: Quando O Biológico e o Psíquico Não Se Encontram. **Cadernos de Psicologia**, v. 4, n. 7, Página inicial e final. 2022.

SALES, O. P. et al. Gênero masculino na Enfermagem: estudo de revisão integrativa. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 277-288, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1014/780> . Acesso em: 28 out. 2023.

SAMPAIO, C. J. S. COVID-19: Etiologia, aspectos clínicos, diagnóstico, tratamento e epidemiologia. **Revista Saúde.com**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2020. Página inicial e final. DOI: 10.22481/rsc.v16i2.6493. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rsc/article/view/6493>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SCOTT, J. W.; LOURO, G. L.; SILVA, T. T. da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257862/000037108.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 out. 2023.

ZANOTTO, L.; SOMMERHALDER, A.; PENTINI, A. A. The reorganization of the family life with children in a pandemic by Covid-19 in Brazil. **SciELO Preprints**, 2021. Página inicial e final. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2776>. Acesso em: 27 out. 2023.

TOURINHO, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade. **IGT na Rede ISSN 1807-2526**, v. 3, n. 5, 2006.



2

MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E OBJETIFICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA DOS CONSUMIDORES DA CALVIN KLEIN²

Gabriel de Abreu Silva⁽¹⁾

Augusto Ferreira Ramos Filho⁽²⁾

⁽¹⁾0000-0001-6956-6238; Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Discente do Bacharelado em Ciências Contábeis. Bolsista FAPEAL/UNEAL, Brasil. E-mail: gabrielabreu7102@gmail.com

⁽²⁾0000-0001-8375-4024; Doutor em Administração pela UFPB. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Comportamento - GEPGEC, Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Brasil. E-mail: augusto.filho@uneal.edu.br



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga a masculinidade hegemônica e seus efeitos na construção do masculino. Por masculinidade hegemônica se entende o conjunto de ideias e crenças que ditam o masculino. Em linhas gerais, a hegemonia masculina se traduz na heterossexualidade, cisgenaridade, branquitude, riqueza e virilidade (De Los Santos Rodriguez, 2019).

Esse texto realiza uma análise acerca das representações das masculinidades por meio do corpo. Utiliza-se a moda da Calvin Klein como articuladora das relações simbólicas de representação de masculinidades, suporte e como um mecanismo codificador de padrões históricos, sociais e sua manifestação cultural. (Reinke; Silva; Scheme, 2022).

Destarte, as características de heteronormatividade (ou de sua aparência), branquitude (como elemento de superioridade e privilégio), cisgenaridade, riqueza e virilidade são amplamente difundidas em marcas orientadas (total ou parcial) para o público masculino.

2 DOI: <https://doi.org/10.48016/xiiienccultgt12cap2>

Os lócus desta pesquisa é a campanha de publicidade Primavera/Verão de 2021 da Calvin Klein intitulada *Blanck Canvas*, através de uma pesquisa qualitativa das imagens da campanha com usuários da marca, que procura evidenciar a presença da masculinidade hegemônica na campanha.

Por fim, buscar-se-á entender as dinâmicas dos anúncios de marketing na construção de uma ideação do masculino, fundamentado na hegemonia e as representações destas campanhas na construção das imagens masculinas. Desta forma, o objetivo desta investigação é analisar como a masculinidade hegemônica promove a objetificação.

Esta pesquisa justifica-se a partir de ordens teóricas e práticas. As implicações teóricas são de limitados estudos sobre o masculino (Luna, 2018; Alves; Lopes, 2015). No entanto, há amplos estudos sobre masculino e consumo (Pos-tiguel, 2020; Casadei, 2020; Casadei; Scabin, 2021; Denkin, 2020; Reinke; Silva; Schemes, 2022) com múltiplos enfoques.

Ainda, esta pesquisa tem implicações práticas. Percebe-se a necessidade de organizações com fins lucrativos apresentar em seus portfólios de produtos e serviços, assim como em suas campanhas publicitárias, identidades plurais de masculinidades e não apenas a masculinidade hegemônica. Como consequência, representações subalternas (Kimmel, 1998) podem emergir, uma vez que a masculinidade deve ser pensada a partir de um paradigma plural, ou seja, masculinidades.

REVISÃO TEÓRICA

O conceito de masculinidade hegemônica se desenvolveu a partir da discussão da construção das masculinidades e dos papéis dos homens na sociedade (Connell; Messerschmidt, 2013). O percussor desse movimento foi Carrigan, Connel e Lee (1985) ao repensar a masculinidade sob a ótica do poder e da multiplicidade. De acordo com Connel (2005), a masculinidade hegemônica pode ser entendida como uma configuração de práticas de gênero que incorpora a resposta atualmente aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou é levado a garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.



A multiplicidade da masculinidade é de difícil observação, uma vez que os conceitos hegemônicos de masculinidade se sobressam na sociedade. Este conceito tenta se distanciar do feminino (Natt; De Pádua Carrieri, 2016) e de suas características e, portanto, se vincula a heteronormatividade, cisgenaridade, branquitude e virilidade (De Los Santos Rodriguez, 2019). Em outras palavras, apartar-se de qualquer elemento que possa ser percebido como feminino.

A heteronormatividade e cisgenaridade³ subsidiam um compêndio de características percebidas como masculinas. Petry e Meyer afirmam que:

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologista e determinista, há duas - e apenas duas - possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. (2011, p.195)

Neste sentido, o objeto e o fim da sexualidade condizem a comportamentos que são aceitos como papéis masculinos e femininos. A virilidade e a força foram construídas como elementos indispensáveis da existência do masculino, sendo, portanto, expressões desejáveis dos comportamentos dos homens na sociedade (Saraiva; Santos; Pereira, 2020). A virilidade masculina pela perspectiva da masculinidade hegemônica, reduz a existência do homem ao falo.

De Los Santos Rodriguez e Goulart (2021) afirmam que falocentrismo, pela masculinidade hegemônica, nega as expressões masculinas que fogem o padrão social. Nesse sentido, os privilégios masculinos são negados a todos os que não se encaixam nas características da masculinidade hegemônica.

Dessa forma, a sociedade impõe que os homens se identifiquem com a masculinidade hegemônica, estando em uma constante comprovação de masculinidade, buscando característica que o torne mais fortes e viris. Kimmel, afirma:

A masculinidade deve ser provada, e assim que ela é provada, ela é novamente questionada e deve ser provada ainda mais uma vez; a busca por uma prova constante, durável, inatingível, torna-se em última instância uma busca tão sem sentido, que ela assume as características. (1998, 112)

³ Identificação com sexo biológico.



Portanto, a masculinidade hegemônica produz um aspecto de masculinidade de homens que desfrutam o poder. Para Berenice Bento (2015), a hegemonia apresenta o homem ao poder, com o poder e de poder. Sendo assim, a masculinidade torna-se sinônimo de força, sucesso, capacidade, confiança, domínio, controle. As definições de masculinidade que a sociedade brasileira desenvolveu conservam o poder de alguns homens sobre os outros e sobre as mulheres.

METODOLOGIA

As imagens do caso são da campanha publicitária Primavera/Verão de 2021 da marca Calvin Klein. Neste caso específico, as fotografias das campanhas são registros preciosos da realidade material da Calvin Klein. Elas são, também, documentos que podem ser organizados em arquivo de consulta direta.

Dessa forma, foi percebido a necessidade de compreender a percepção dos homens que utilizam os produtos da Calvin Klein, no que se refere a relação do consumidor com a marca. Teve como campo metodológico a Objetificação do Corpo Masculino e a sua compreensão no processo de construção de masculinidade através da campanha Primavera/Verão Black Canvas. A pesquisa foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas, com homens usuários da marca Calvin Klein que foram convidados para participar.

Foram 6 entrevistas realizadas entre o mês de Abril e Junho de 2023, que tiveram duração de 1 hora e 32 minutos, com uma média de 15 minutos e 25 segundos por pessoa. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas, para facilitar o processo de análise das respostas dos participantes.

Por questão de sigilo de identidade, não será revelado o nome dos entrevistados. Dessa forma, trataremos eles pela letra E de entrevistados e por números de acordo com a ordem das entrevistas: E1, E2, E3, E4, E5 e E6. A faixa etária de idade estava entre 22 e 44 anos. Para identificar o número necessário de participantes, foi utilizada a técnica de amostragem por saturação teórica, que ocorre quando as respostas começam a se repetir, e as ideias começam a serem semelhantes.



Quadro 1 - Informações relevantes da pesquisa

ENTREVISTADOS	IDADE	CIDADE DO ENTREVISTADO	MODO DE ENTREVISTA	TEMPO DE ENTREVISTA
E1	35	CRAÍBAS	VIRTUAL	00:21:33
E2	22	ARAPIRACA	PRESENCIAL	00:17:11
E3	44	ARAPIRACA	PRESENCIAL	00:11:52
E4	44	ARAPIRACA	PRESENCIAL	00:12:51
E5	23	ARAPIRACA	VIRTUAL	00:19:56
E6	24	TAQUARANA	PRESENCIAL	00:09:07

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A Calvin Klein lançou sua coleção de Primavera/Verão de 2021 intitulada *Blank Canvas*, ou Tela em Branco em português, fotografada por Mario Sorrenti e dirigida por Terence Nance em abril de 2021. A campanha possui um elenco eclético composto por várias estrelas, a saber: Anthony Ramos (músico e ator), Jacob Elordi (ator), Koffee (músico), Sage Elsesser (músico e skatista), Vision Fraley (dançarino), além do Queer Skate LA (grupo de skatistas de Los Angeles, EUA). Há participação de mulheres (Janaya Future Khan, Megan Thee Stallion e Rina Sawayama) que por não fazerem parte do escopo desta pesquisa foram retiradas das análises.

Do elenco masculino, apenas um é branco, sendo os demais negros ou latinos. Ainda, Queer Skate LA é composto por membros de várias orientações de gênero e dissociado da obrigação compulsiva da heteronormatividade. Em outras palavras, são membros da comunidade LGBTQIAP+.

Norteados pela campanha *Blank Canvas*, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas. Ao perguntar da relação do bem-estar dos consumidores entrevistados, foi percebido que todos tinham bons elogios para atribuir a marca. Relataram que um dos motivos para usufruir os produtos da Calvin Klein, seria a qualidade das peças que chama muito a atenção. Trazendo conforto através dos seus produtos de algodão e nas características do caimento, na forma de vestir e na apresentação dos moldes das peças.

O entrevistado E1, relata sua experiência “não fui pela marca, apenas provei, vestiu bem e eu comprei”, podemos entender que uma parcela dos consumidores da Calvin Klein, não liga para a referência que a marca tem no mercado. Assim como o entrevistado E3 “eu gostando da roupa, e a roupa vestindo bem, não importa a marca”, entendemos que no processo de atração pelo produto, a



marca não é tão relevante como se apresenta ser. A decisão final para escolher um produto e comprá-lo, é ter sido atraído pela peça, provar para ver no corpo e se tiver gostado, levar. Dessa forma, a marca não é um fator que influencia totalmente na decisão da compra desses entrevistados, mas sim a experiência com a peça que interfere na decisão de compra.

Entretanto, há também aqueles que utilizam a marca para se sentirem uma figura de desejo, que usam os produtos com o intuito de chamar a atenção da sociedade por estar usufruindo uma peça de referência na moda masculina. Como é o caso do entrevistado E4, “As pessoas também se arrumam para se sentirem atraídas, para atrair atenção. E a marca mostra isso, ela dar possibilidade de você ao usar, ao consumi-la, você ser essa pessoa de desejo também”. Com essa informação, entende-se que o que a Calvin Klein oferece para seus consumidores, está além de uma simples peça de roupa, se caracterizando como um produto rico em valores. Podemos notar isso em alguns trechos da entrevista, que ao perguntar sobre o público-alvo da Calvin Klein, o E2 respondeu “Olha, eu acho que nesse caso quem se interessaria, seriam esses homens que buscam esse ideal de masculinidade {...} forte, viril, sexy, atraente”, notando-se fortemente a presença da masculinidade hegemônica.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao mostrar as imagens da *Blank Canvas* para os entrevistados, foi questionado se eles comprariam os produtos que estavam expostos na propaganda. Dos 6 entrevistados, 4 relataram que não comprariam as peças, e ao perguntar o motivo, justificaram que a campanha é exorbitante no apelo sexual e eles preferem algo mais casual ou formal. A marca não seria tão importante nesse processo de compra, pois os produtos não eram condizentes com os gostos, e que não acha que se sentiria mais sexy por está usufruindo algum dos produtos. Diferentemente dos outros 2 que disseram que comprariam o produto, pois percebem uma conotação sexual atraente, de homem forte e viril no posicionamento dos modelos, que chama a atenção do público para consumir.

Ao questionar sobre a objetificação do corpo masculino na campanha, 5 dos entrevistados disseram que a marca propaga essa objetificação através da seleção dos modelos com corpos padronizados, por mais que eles tentem diver-



sificar na cor/raça, nacionalidade e sexualidade, ainda propagam fenótipos de corpos tecnicamente ‘perfeitos’ para o meio social. E6 afirma esse pensamento no trecho “Não tem nenhum modelo fora de padrão aí, todos magros, eu até achei que não ia ter nenhum negro, mas teve, que bom. Mas todos magros e malhados.” Apesar do entrevistado E5 dizer que a campanha não objetiva o corpo masculino, suas demais falas descrevem as características da objetificação, como: virilidade, sensualidade, rebeldia, modelos fortes e atraentes.

Quadro 2. Percepção dos entrevistados com a Campanha *Blank Canvas* da Calvin Klein.

Entrevistados	<i>Blank Canvas</i>	Justificativa do uso ou desuso dos produtos <i>Blank Canvas</i>	Objetificação do corpo masculino na <i>Blank Canvas</i>
E1	Não compraria	O estilo é diferente	Sim, mas a marca deveria colocar em evidência apenas o produtos
E2	Compraria	Por passar imagem de homem forte e viril	Sim, objetiva
E3	Não compraria	A marca não interfere no processo de compra dele	Sim, a marca objetiva o corpo masculino.
E4	Compraria	O posicionamento dos modelos, por trazer conotação sexual Atrativa, etc.	Sim, há a valorização do corpo masculino através das peças, uma coisa bem sexual.
E5	Não compraria	Pois seu forte é algo mais casual, voltado ao networking	Não objetiva,mas mostra que é possível usar a peça em diferentes ângulos e que ela não perde o conforto
E6	Não compraria	Não acha que vai se sentir mais sexy por usar a marca, e para ele a marca passa isso	Com certeza, totalmente. não tem nenhum modelo fora do padrão aí, todos magros.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O entrevistado E1 diz “Acho que ela passa a imagem mais forte desse homem mais viril.

Todos são corpos padrões. Mesmo com negros e brancos, não muda o biótipo, o corpo é o mesmo, ele tem que ser um corpo sarado. Alguns mais musculosos, outros menos, mas todos definidos.”, relata a observância de uma imagem marcada pela virilidade e fortaleza do homem, o que caracteriza um padrão



atribuído pela marca. Essa visão, demonstra que a campanha há discrepância entre a realidade e os padrões gerados pelo apelo, onde homens com corpos diferentes não se sentem representados pelo biótipo proposto pela marca.

O E6, relata que “Ele passa esse desejo de querer que o consumidor ache que vai se sentir mais atraente e mais sexy usando a marca, tenho essa percepção. Justamente isso, nenhum gordo, ninguém fora do padrão, corpos sarados”, ao mesmo tempo que a marca transmite essa sensualidade e atratividade, onde leva o consumidor a aumentar sua autoestima ao usá-la, falta algo que represente corpos reais, não romantizando a obesidade, mas onde os homens percebam que não precisam ter a barriga trincada para se sentirem desejados.

Ao falar sobre corpos reais, o E5 relata “você pode ver que os modelos foram bem pensados, em questão de serem musculosos e atraentes, para trazer também essa questão de pessoas saudáveis, pessoas que estejam focados em uma vida fitness, por exemplo”. O trecho em questão corrobora com um olhar crítico, pois relata uma visualização inteligente da marca em colocar modelos músculos e atraentes, o que possivelmente traz visibilidade de pessoas saudáveis, gerando de determinada maneira um estímulo ao ritmo de vida saudável, para um corpo sarado e bonito.

CONCLUSÃO

A marca Calvin Klein buscou incluir diversidade étnica e sexual na campanha *Blank Canvas*. A ideia por trás destas escolhas, talvez, teve objetivo de suavizar a compulsoriedade da heteronormatividade e branquitude. No entanto, a marca continua propagando características de masculinidade hegemônica, ou seja: força, virilidade, cisgenaridade e falocentrismo. A partir da análise das entrevistas, foi percebido a criação do perfil da masculinidade, que corresponde a objetificação do corpo masculino ao utilizar, na campanha, como instrumentos, homens *seminus* em corpos padrões.

Apesar da marca utilizar em suas campanhas de publicidade modelos que apresentam características diversificadas da sociedade como de etnias afrodescendente e membros da comunidade LGBTQIAP+, continua enaltecendo corpos masculinos balizados pela hegemonia. Isso se concretiza através da forte presença do corpo viril em toda a campanha. Numa relação vertical de poder,



subentende-se como uma obrigatoriedade na disseminação da masculinidade hegemônica da Calvin Klein para seus consumidores.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carlos Alberto; LOPES, Evandro Luiz. O papel do gênero na intenção de uso de novas tecnologias por meio do modelo TAM adaptado. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (ISSN: 1984-8196)**, v. 12, n. 4, p. 257-269, 2015.

BRAMBILLA, Flávio Régio; DAMACENA, Cláudio. Lógica Dominante do serviço em marketing: estudo dos conceitos e premissas aplicados à educação superior privada na perspectiva docente. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 10, n. 3, p. 151-176, 2011.

CARRIGAN, Tim. Bob [Raewyn/RW] Connell & Lee, John (1985). Towards a New Sociology of Masculinity. **Theory and Society**, , v. 14, n. 5, p. 551-604. 1985. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00160017>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CASADEI, Eliza Bachega. Novas masculinidades, afetos positivos e consumo. A reiteração da palavra masculinidade no Jornal do Brasil de 1970 a 2010. **ECCOM - Educação, Cultura e Comunicação**, v. 11, n. 21, p. 267-278, 2020.

CASADEI, Eliza Bachega; SCABIN, Nara Lya Cabral. Lugar de homem é na cozinha? Negociações discursivas das masculinidades em programas culinários do GNT. **E-Compós**. V.25, p.1-17, 2021.

CAVALCANTI, Hellen Taynan; ABREU, Nelsio R.; BALDANZA, Renata Francisco. O Tinder é uma Prateleira e Eu sou um Produto: a lógica dos recursos operantes como fonte de benefícios estratégicos. **GESTÃO. Org**, v. 17, n. 2, p. 137-152, 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 241-282, 2013.

DENKIN, Bruna Loureiro. Masculinidades nas mídias digitais: uma análise de páginas do Instagram que contestam masculinidades convencionais. 2021. . Artigo (especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências So-



ciais e Humanas, Curso de Especialização em Estudos de Gênero, RS, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/21077>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DE LOS SANTOS RODRIGUEZ, Shay. Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. **Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 276-291, 2019.

DE LOS SANTOS RODRÍGUEZ, Shay; GOULART, Fábio Ortiz. O falo nos espaços públicos de Rio Grande, RS, Brasil: falocentrismo e a masculinidade hegemônica. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 1, p. 45-70, 2021.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos**, v. 4, n. 9, p. 103-117, 1998.

LUNA, Camilla Pinto. O Comportamento do Consumidor Associado a Fatores Culturais e Sob Uma Perspectiva de Gênero. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, v. 8, n. 1, p. 78-81, 2018.

NATT, Elisângela Domingues Michelatto; DE PÁDUA CARRIERI, Alexandre. É para menino ou para menina? Representações de masculinidade e feminilidade. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 109-131, 2016.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

POSTINGUEL, Danilo. Outras representações de masculinidades brasileiras circulantes pelas culturas do consumo= Other representations of brazilian masculinities circulating in consumer cultures. **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**, n. 15, p. 363-379, 2020.

REINKE, Carlos Augusto; SILVA, André Luiz dos Santos; SCHEMES, Claudia. Representações de masculinidades nas campanhas de perfume Calvin Klein. **Textura-Revista de Educação e Letras. Canoas, RS. Vol. 24, no. 57 (jan./mar. 2022) p. 228-246**, 2022.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; SANTOS, Leonardo Tadeu dos; PEREIRA, Jefferson Rodrigues. Heteronormatividade, masculinidade e preconceito em aplicativos



de celular: o caso do Grindr em uma cidade brasileira. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 17, p. 114-131, 2020.

VARGO, Stephen L.; LUSCH, Robert F. Evolving to a New Dominant Logic for Marketing. **Journal of Marketing**, v.68, p.1-17, 2004.

VARGO, Stephen L.; LUSCH, Robert F. Why Service? *Academy of Marketing Science*, 36, 2007, p.25-38. VARGO, Stephen L.; LUSCH, Robert F. Institutions and axioms: an extension and update of service-dominant logic. **Journal of the Academy of marketing Science**, v. 44, n. 1, p. 5-23, 2016.



3

CONHECIMENTO DE ENFERMEIRAS EM RELAÇÃO AOS CASOS DE VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA POR MULHERES EM ARAPIRACA-ALAGOAS⁴

Danielle Siqueira Chalub⁽¹⁾

Paula Rafaella Santos de Oliveira⁽²⁾

Sóstenes Ericson⁽³⁾

Susana Cristina Aidé Viviane Fialho⁽⁴⁾

Jairo Werner Junior⁽⁵⁾

⁽¹⁾ 0000-0002-5377-0514; Universidade Federal Fluminense, Mestranda em Saúde Materno Infantil, Enfermeira do Município de Arapiraca, Brasil, E-mail: chalubdanni@gmail.com.

⁽²⁾ 0000-0002-1413-0610; Universidade Federal de Alagoas, Discente do curso de Enfermagem, Brasil, E-mail: paula.oliveira@arapiraca.ufal.br.

⁽³⁾ 0000-0003-0905-1376; Universidade Federal de Alagoas, Professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas, Brasil, E-mail: sericson.ufal@gmail.com.

⁽⁴⁾ 0000-0002-4212-0022; Universidade Federal Fluminense, Professora associada da Universidade Federal Fluminense, Brasil, E-mail: susanaaide4@gmail.com.

⁽⁵⁾ 0000-0001-6402-5627; Universidade Federal Fluminense, Professor titular do Departamento Materno-infantil da Universidade Federal Fluminense, Brasil, E-mail: jairowerner100@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A violência autoprovocada é um tipo de violência relacionada ao comportamento suicida, que ocorre em graus que vão, desde a ideação suicida e as tentativas de suicídio, até o suicídio consumado. Os fatores de risco para o comportamento suicida incluem aspectos psiquiátricos, biológicos, sociais e ambientais (Who, 2002).



O suicídio representa uma das principais causas de morte em todo o mundo. Somente em 2019, houve uma estimativa de 703.000 óbitos de pessoas por suicídio, constituindo a terceira principal causa de morte de mulheres entre 15 e 29 anos (Who, 2021).

A intoxicação exógena é um dos principais meios utilizados na tentativa de suicídio. Refere-se à exposição dos indivíduos a substâncias, como agrotóxicos, medicamentos e produtos químicos, que promovam manifestações clínicas de intoxicação (Brasil, 2022). Dados mostram que o envenenamento foi o meio utilizado em cerca de 60% dos casos de violência autoprovoçada no Brasil, seguido pelo uso de objetos perfurocortantes (Brasil, 2021).

Diante da relevância que o suicídio possui nos sistemas de saúde e seu impacto na mortalidade de indivíduos jovens, diversas ações governamentais foram desenvolvidas para a prevenção e notificação dos casos (Penso e Sena, 2020). Nesse sentido, de acordo com a Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, a violência autoprovoçada é um agravo de notificação compulsória e imediata (Brasil, 2016).

Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no período de 2017 a 2021, foram notificadas 1.796 tentativas de suicídio de residentes em Arapiraca-Alagoas, com maior incidência no sexo feminino, com 1.394 notificações, correspondendo a 77,6% e uma média anual de 280 tentativas. A faixa etária apontou para mulheres jovens de 20 a 29 anos com maior percentual de tentativas, cerca de 32%. O meio mais utilizado para as tentativas foi o envenenamento, responsável por 1.339 notificações, correspondendo a 96%.

A avaliação do risco de suicídio e a sua prevenção continuam sendo um desafio para os serviços de saúde, uma vez que, conforme observado, os números apresentam tendência crescente no decorrer dos anos. Nesse cenário, as Unidades Básicas de Saúde (UBS), como locais mais próximos dos usuários e porta de entrada no sistema de saúde, devem atuar rotineiramente no acolhimento, identificação de riscos, desenvolvimento de ações preventivas e notificação adequada dos casos.

Diante do exposto, é importante avaliar o conhecimento de enfermeiros/as que atuam na atenção básica do referido município acerca das violências



autoprovocadas (ideação suicida e tentativa de suicídio) por mulheres que são atendidas na área adstrita de suas Unidades Básicas de Saúde.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar o conhecimento de enfermeiros/as atuantes na atenção primária do município de Arapiraca-Alagoas em relação aos casos de violência autoprovocada por mulheres. Para tanto, foram propostos os seguintes objetivos específicos: identificar o conhecimento dos conceitos teóricos de enfermeiros/as quanto à violência autoprovocada por mulheres como problema de saúde pública e caracterizar a visão e os conceitos apresentados por tais enfermeiros/as em relação aos casos de violência autoprovocada por mulheres nas suas áreas de atuação profissional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Krug et al. (2002), a violência pode ser definida como o uso intencional de ameaça ou força física real ou força contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade que causa ou pode causar lesão, morte, lesão mental, deficiência intelectual ou privação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000) define uma tipologia para a violência, que considera três grupos principais: violência contra si mesmo (autoprovocada ou auto infligida), violência interpessoal (violência familiar e comunitária) e violência coletiva (grupos políticos, organizações terroristas, milícias).

A violência autoprovocada abrange diversas situações, como a ideação suicida, a automutilação, a tentativa de suicídio e o suicídio consumado. Tais ações representam um fenômeno complexo e multifatorial vinculado a fatores de aceitabilidade psicossocial, emocional, sexual e sociocultural (Who, 2014).

A violência doméstica/familiar é definida como a violência que ocorre entre parceiros íntimos e familiares, principalmente, mas não exclusivamente, no ambiente doméstico (Minayo, 2006). Outro tipo de violência que pode ocorrer é a violência fora da família/comunidade, que é a violência que ocorre no meio social em geral, entre conhecidos ou desconhecidos, por meio da agressão, atentando contra a integridade, vida e/ou patrimônio (OMS, 2000).



No que se refere à violência autoprovocada, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP, 2014) aponta que, historicamente, o suicídio se associa a estigmas e tabus, por motivos religiosos, morais e culturais. Diante disso, ainda existe medo e vergonha ao tratar deste assunto, mesmo que seja uma importante questão de saúde pública.

No contexto de mulheres em situação de risco e/ou tentativa de suicídio, a proteção, identificação e acolhimento fazem parte da responsabilidade ética e do poder público. No entanto, estudos apontam para o despreparo, desconhecimento e preconceitos por parte dos profissionais de saúde, impedindo que mudanças nesse cenário aconteçam (Muniz; Fortunato, 2018).

De forma geral, percebem-se lacunas na formação profissional dos trabalhadores relacionadas à organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Tal rede foi criada pela Portaria Ministerial nº 3.088/2011, visando a reorganização dos cuidados em saúde para a população que sofre com transtornos de saúde mental, incluindo aqueles decorrentes do uso de drogas. A atenção psicossocial permite a articulação entre unidades de saúde, centros comunitários, consultórios na rua, pronto atendimento, dentre outros serviços (Brasil, 2011). Assim, o modelo de tratamento, antes centrado na internação em hospitais psiquiátricos, agora funciona de forma redirecionada aos serviços sociais de saúde mental, de forma a promover a proteção dos direitos das pessoas com problemas de saúde mental (Brasil, 2017).

Além da reorganização dos serviços de atendimento psicossocial, a promoção da desestigmatização dessas pessoas se configura como uma estratégia de prevenção ao suicídio. A existência do tabu, associada à dificuldade de buscar ajuda e à falta de conhecimento dentre os profissionais de saúde dificulta as ações de prevenção. Nesse sentido, combater o tabu relacionado ao suicídio é essencial para que haja estratégias de prevenção bem-sucedidas (WHO, 2014).

Assim, o combate mais eficaz aos casos de tentativa de suicídio ou suicídio propriamente dito depende da identificação, classificação correta e notificação dos casos, de modo que ao caracterizar a demanda, a descrição dos grupos populacionais atingidos possa se tornar importante ferramenta de prevenção, monitoramento e, principalmente, implementação de estratégias voltadas aos casos de violência autoprovocada, na atenção primária em saúde (Who, 2003).



METODOLOGIA

Este trabalho refere-se a um estudo do tipo descritivo, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. O estudo foi realizado em 13 Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Arapiraca-Alagoas. O referido município está situado no agreste alagoano, e conta com uma população estimada em 234.309 habitantes (IBGE, 2021). Arapiraca é sede da 2ª macrorregião de saúde que, conforme Plano Diretor de Regionalização (PDR), é composta por 48 municípios. Além disso, é sede da 7ª região de saúde do estado, sendo referência no atendimento de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar para cerca de 56 municípios, conforme Programação Pactuada e Integrada (PPI).

Para a realização do estudo, foi solicitada carta de anuência da Secretaria de Saúde de Arapiraca, a fim de viabilizar a coleta de dados. Decorre de uma pesquisa de Mestrado e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (UFF), com Parecer nº 5916662 (versão 2) e CAAE 65374122.0.0000.5243.

Os participantes da pesquisa foram os/as enfermeiros/as que atuam nas 13 equipes de saúde do município de Arapiraca que tiveram mais de 10 ocorrências de violência autoprovocada nos anos de 2017, 2018 e 2019, quais sejam: UBS Baixão, Brisa do Lago, Batingas, Bom Sucesso, Canafístula, Cacimbas, Cavaco, Planalto, Primavera, 4º Centro, 5º Centro, Nilo Coelho e Manoel Teles.

Tendo em vista que a pesquisa visa avaliar o conhecimento de enfermeiros/as nos casos de tentativa de suicídio de mulheres da sua área adstrita, após levantamento do quantitativo de notificações de violência autoprovocada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) por bairro, optou-se por eleger apenas as unidades com maior número de ocorrência. Nas unidades com mais de uma equipe foi realizado sorteio, sendo entrevistado/a apenas um/a enfermeiro/a por UBS.

Os critérios de inclusão foram: enfermeiros/as da APS do município de Arapiraca, experiência mínima de 1 ano e estarem lotados/as em uma das 13 unidades selecionadas para o estudo. Por sua vez, os critérios de exclusão foram: estar afastado/a das suas funções profissionais por férias, licença médica, licença sem vencimento e licença maternidade, no período de coleta da pesqui-



sa. Após o sorteio, 3 enfermeiros/as não estavam dentro dos critérios de inclusão e, nesses casos, foram realizados novos sorteios, pois as UBS tinham mais de uma equipe de saúde da família.

A coleta de dados só foi iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense, e todos os participantes, após concordarem em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com o objetivo de assegurar os seus direitos. A assinatura foi solicitada após a seleção dos participantes que se enquadraram nos critérios de inclusão já citados. A participação no estudo estava condicionada à assinatura do TCLE, assegurando-lhe o anonimato e o sigilo das informações. Todos os participantes estavam livres para retirar o seu consentimento em participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum junto à Instituição.

O período da coleta de dados aconteceu de 20 de março de 2023 até 03 de abril de 2023. A coleta foi realizada através de entrevista semiestruturada com questionário sociodemográfico e perguntas norteadoras para alcançar os objetivos do estudo. O questionário foi composto por duas partes: a parte I visava conhecer o perfil profissional do/a entrevistado/a, por meio de perguntas objetivas; a parte II visou analisar o conhecimento e habilidades do/a entrevistado/a por meio de perguntas com respostas livres que foram gravadas.

O registro das entrevistas foi feito utilizando aparelho telefônico Iphone 12 mini. Todas as perguntas apresentavam a opção de não responder e os/as entrevistados/as poderiam parar a entrevista a qualquer momento em que não se sentissem confortáveis para continuar. Todos os sujeitos participantes responderam a todas as perguntas.

Os/as enfermeiros/as participantes (P) foram identificados/as por números arábicos (1-13), visando manter o anonimato. Para qualquer esclarecimento ou acesso ao conhecimento dos resultados obtidos com a pesquisa no decorrer e/ou após a sua participação, os/as pesquisadores/as estarão disponíveis.

Os dados obtidos ficarão armazenados por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da pesquisadora principal, e após esse prazo serão excluídos, como prevê a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Os riscos da pesquisa foram situações de desconforto e constrangimento durante a coleta de dados, de acordo com as vivências pessoais, experiências



prévias e subjetividades, o assunto pode ser delicado e desconfortável para o profissional, além disso, quebra de sigilo e vazamento de informações. Para minimizar tais riscos, o desenvolvimento das entrevistas poderia ser interrompido a qualquer momento, os pesquisadores se comprometem com o total sigilo das informações, além disso, os participantes também foram informados do direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa, além da possibilidade de assinalarem a opção “prefiro não responder” no questionário, isto em consonância ao ofício circular de nº 2/2021/ CONEP/ SECNS/MS.

Não houve benefícios diretos aos participantes, tendo como benefícios indiretos da pesquisa a possibilidade do aprimoramento da assistência às mulheres com ideação suicida e as que sofreram violência autoprovocada. Para tanto seriam desenvolvidas estratégias para aplicação de medidas preventivas e assistenciais assertivas em conformidade com as recomendações ministeriais.

Para a análise do conteúdo, foi feita a organização e tratamento dos enunciados, com a transcrição das entrevistas, análise do material transcrito com estabelecimento de categorias empíricas e categorias analíticas, seguida de interpretação.

As etapas da fase interpretativa foram: ordenação das entrevistas, através da leitura do material transcrito e organização dos relatos na ordem das entrevistas e classificação, incluindo categorização inicial, na qual foi possível apreender as ideias centrais das entrevistas, reordenação dos achados empíricos de acordo com características que possuam relação entre si e análise final, na qual os enunciados são articulados com a sustentação teórica e com a resposta da questão de pesquisa, tendo em conta os objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo demonstraram que 100% dos sujeitos entrevistados eram do sexo feminino (razão pela qual mantivemos o título no feminino), com idade mínima de 33 e máxima de 53 anos. A idade média das enfermeiras foi de 39 anos. A média de tempo de trabalho como enfermeira foi de 13 anos e a média de tempo de atuação no município de Arapiraca foi de 8,6 anos. Assim,



o perfil é de trabalhadoras com muito tempo de formadas e experientes na atuação no referido município.

Sobre o conhecimento do processo de notificação de violência autoprovocada, a maioria das enfermeiras afirmou não conhecer a ficha do SINAN (53,8%). No que se refere aos treinamentos sobre a ficha de notificação e sobre a violência autoprovocada, somente uma das participantes afirmou ter participado de atividades relacionadas (7,6%) (Tabela 1).

Já em relação à assistência prestada a mulheres em situação de violência autoprovocada, 53,8% das enfermeiras afirmaram ter atendido a algum caso. No entanto, somente 15,3% das entrevistadas relataram ter realizado a notificação por meio da ficha, o que contribui para a subnotificação de casos (Tabela 1).

Tabela 1.
Informações sobre o atendimento dos casos de violência autoprovocada em mulheres por enfermeiros da APS no município de Arapiraca

Variável	n	%
Conhece a ficha do SINAN		
Sim	6	46,1
Não	7	53,8
Já teve treinamento sobre a ficha de notificação e sobre a violência autoprovocada		
Sim	1	7,6
Não	12	92,3
Já atendeu mulheres vítimas de violência autoprovocada		
Sim	7	53,8
Não	6	46,1
Já notificou casos de violência autoprovocada		
Sim	2	15,3
Não	11	84,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Quando questionadas se a UBS possuía algum fluxo para direcionar o atendimento às mulheres vítimas de violência autoprovocada, 76,9% das enfermeiras referiram não ter conhecimento e 23,1% disseram não haver fluxo em sua unidade. Todas as 13 participantes referiram não saber sobre o funcionamento da rede de atenção à saúde voltada a mulheres em situação de violência autoprovocada.



Sobre o que consideravam necessário para o atendimento das mulheres vítimas de violência autoprovocada, a maioria das entrevistadas apresentou uma visão psicologista do cuidado, enfatizando que a principal necessidade era dispor de psicólogo, conforme demonstrado a seguir:

Bem, faz-se necessário um apoio psicológico. Precisáramos ter uma rede mais condensada, mais firmada, para poder acompanhar esse psicológico da mulher. Não só dela, mas da família envolvida. (P1)

Ah, minha filha, aí tem que abrir bem muito aquele leque de vagas para tratamento psicológico, né, que a gente tem uma demanda grande, mas a gente sabe que para chegar lá demora, né.” (P2)

Além disso, foi referida também a necessidade de treinamento e capacitações, para que as enfermeiras pudessem atender de forma mais adequada às mulheres vítimas de violência autoprovocada.

O que eu acho importante primeiro é capacitar, capacitar a equipe, capacitar toda a equipe, desde o agente de saúde, os profissionais, para ser sensível na abordagem dessa mulher, até porque não é uma coisa fácil de se chegar.” (P7)

O principal é a gente saber como lidar com a situação, que a gente só vai saber lidar com a situação se a gente tiver um treinamento, uma capacitação para isso, para a gente saber como é que o fluxo funciona para a gente seguir uma linha né, porque se a gente não fizer dessa forma, cada profissional vai atuar de uma maneira diferente. E a gente tendo um fluxo certinho, dá para todo profissional direcionar os casos daquela mesma forma.” (P12)

Todas as enfermeiras afirmaram não se sentir suficientemente preparadas para atender às mulheres vítimas de violência autoprovocada e que gostariam de ser preparadas com capacitações.

Para falar a verdade, nunca tive preparo algum para lidar com esse tipo de situação. Poderíamos ter, eu acho que no município, capacitações ou grupos, ou alguma forma que ensinasse a gente, orientasse a gente o melhor manejo com essas mulheres. Acho que é isso.(P11)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

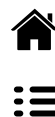
Os resultados apontam para o desconhecimento das enfermeiras entrevistadas acerca da assistência à mulher vítima de violência autoprovoçada, bem como do fluxo de atendimento e do processo de notificação dos casos. Por esta razão, espera-se que o estudo possa contribuir com o aprimoramento da assistência às mulheres com ideação suicida e as que sofreram violência autoprovoçada.

A partir dos resultados encontrados, serão desenvolvidas estratégias para aplicação de medidas preventivas e assistenciais assertivas em conformidade com as recomendações do Ministério da Saúde, tendo em conta uma perspectiva de gênero. Assim, serão realizadas oficinas de treinamentos com foco nas metodologias específicas para atendimento às mulheres com ideação suicida e violência autoprovoçada, enfatizando também a importância das notificações de violência autoprovoçada pelos profissionais das Unidades Básicas de Saúde UBS do Município de Arapiraca. Serão produzidas cartilhas informativas e vídeos com informações acerca da temática e fornecendo apoio e acolhimento às mulheres. Por fim, será proposto modelo de contrarreferência entre o Hospital Dr. Daniel Houly e as UBS do município, visando informar efetivamente à APS quanto às mulheres que sofreram violência autoprovoçada para que, desse modo, sejam possíveis o apoio, a articulação e o acompanhamento adequados pelas equipes da APS.

REFERÊNCIAS

ABP. **Suicídio:** informando para prevenir. Associação Brasileira de Psiquiatria. Brasília: Conselho Federal de Medicina; 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resolução nº 580**, de 22 de março de 2018. Regulamenta o disposto no item XIII da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece que as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS) serão contempladas em Resolução específica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 2018.



BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Ofício circular de nº 2/2021/ CONEP/SECNS/MS.** Assunto: Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Brasília, fev. 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Saúde Legis - Sistema de Legislação da Saúde. 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/sau-delegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Intoxicação exógena.** 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/vigilancia-em-saude-do-trabalhador-vigisat/doencas-e-agrivos-relacionados-ao-trabalho/intoxicacao-exogena>> Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil. **Boletim Epidemiológico**, v. 52, n. 33, p.1-10, set. 2021. Disponível em: < https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf/view > Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil Epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil. **Boletim Epidemiológico**. 2017;48 (30). Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016.** Ministério da Saúde. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 2016.

KRUG, E. G. (Ed.) et al. **World report on violence and health.** Geneva: World Health Organization, 2002.



MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. (Temas em saúde coletiva).

MUNIZ, Alexandre Carrinho; FORTUNATO, Tammy. **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro**. Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2018. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/FEMINICIDIO_WEB_1_1.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária**. Departamento de Saúde Mental, p. 1-35, Genebra. 2000. . Disponível em: < <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

PENSO, M. A.; SENA, D. P. A. A desesperança do jovem e o suicídio como solução. **Revista Sociedade e Estado**, v. 35, n.1, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/se/a/rLfXhwgd7qgpBzMSrjwFXmj/?format=pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação. **Relatório**. Hospital de Emergência Dr. Daniel Houly. Arapiraca, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Suicide worldwide in 2019. **Global Health Estimates**. p. 1-35, Genebra, 2021. Disponível em: < <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on violence and health**. Genebra, 2002. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

WHO. World Health Organization. **Preventing suicide: a global imperative**. Geneva: WHO, 2014.



4

ENTRE A TERNURA E A RAIVA: CONTRADIÇÕES UNIVERSITÁRIAS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS LGBTQIAPN+ NO SEMIÁRIDO ALAGOANO⁵

Davi Ferreira dos Santos⁽¹⁾

Ingrydy Lara Araújo Silva⁽²⁾

Anidayê Angelo Amorim⁽³⁾

Maria Alice Teodoro da Silva⁽⁴⁾

Maria Augusta Costa dos Santos⁽⁵⁾

⁽¹⁾ 0009-0006-5620-0855; Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Palmeira dos Índios, discente, pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), bolsista do projeto Vozes negras e indígenas: música, literatura e artes visuais nas escolas de Palmeira dos Índios e membro dos projetos Cultura em Movimento e Gil (Grupo de Integração LGBTQIAPN+). Brasil. E-mail: daviferreira.santos@gmail.com.

⁽²⁾ 0000-0003-2441-7014; Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Palmeira dos Índios, discente, pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e indígenas (NEABI) e do Laboratório de Pesquisa e Extensão em Psicologia Escolar e Educacional do Semiárido Alagoano (LAPES). Realiza estágio básico no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Limoeiro de Anadia – AL, Brasil. E-mail: ingrydylara@gmail.com

⁽³⁾ 0009-0002-1902-2069; Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Palmeira dos Índios, pesquisadora no PET-NESAL (Programa de Educação Tutorial - Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano), Brasil, E-mail: anidayeangelo@gmail.com.

⁽⁴⁾ 0009-0009-5853-7189; Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Palmeira dos Índios, discente, pesquisadora no Grupo de Integração LGBTQIAP+ (GIL) e pesquisadora bolsista no PET-NESAL (Programa de Educação Tutorial - Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano) da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Palmeira dos Índios, Brasil, E-mail: maria.teodoro@arapiraca.ufal.br.

⁽⁵⁾ 0000-0002-8441-6112; Docente do curso de Psicologia da UFAL, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Palmeira dos Índios. Graduada em Psicologia pela UFAL, com mestrado em Psicologia Social pela PUC-SP. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão nas temáticas de Psicologia Social, Dialética Exclusão/Inclusão Social, Atenção Primária em Saúde, Formação em Psicologia e População LGBTQIAPN+, Brasil, E-mail: augusta@palmeira.ufal.br.

INTRODUÇÃO

A Psicologia como ciência surge em um momento histórico em que a subjetividade começa a ser considerada como um objeto de pesquisa e de profissão



(Figueiredo; Santi, 1997). Esta relação foi duramente marcada por contradições: por um lado, a ciência moderna considerou a existência de sujeitos livres com suas subjetividades privatizadas e, de outro, essa subjetividade humana, na prática, foi explorada de modo a controlar, reduzir ou até mesmo eliminar concepções que são consideradas como anormais pela classe dominante por não seguirem o padrão de normalidade estabelecido por essa camada social.

Diante deste panorama histórico e do notório compromisso com a ideologia dominante há uma expansão de discussões acerca de novas metodologias e epistemologias na constituição de um fazer crítico da Psicologia, (Bock, 2000). É nesse momento histórico em que Moscovici (2005), a partir do estudo sobre as Representações Sociais da Psicanálise na Sociedade Parisiense, traz os primeiros apontamentos sobre a existência de representações sociais e a necessidade de estudá-las (Alexandre, 2001), pois, conforme Moscovici se caracterizam por ser uma forma de entender sobre a perspectiva que as pessoas têm de si e do mundo em que vivem.

Sob este viés, a Teoria das Representações Sociais se torna um tema fundamental dentro da Psicologia Social e para além de Moscovici, surgem nomes que passam a se tornar referência no estudo das representações sociais, como os apontamentos de Jodelet (1989), autora da abordagem cultural que afirma que as representações são fluidas, isto é, mudam de acordo com o momento histórico e com a história de vida do sujeito; sendo também, complexas e transversais, à medida que atravessam diversos âmbitos sociais.

Nesse contexto, como demonstra os dados levantados pelo dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais ANTRA (2022, p. 6), em 2022, há números elevados de mortes de pessoas trans, sendo 131 casos de assassinatos e 20 de suicídios que constata que a transfobia continua fortemente instalada no Brasil operada pela necropolítica trans. Outrossim, as percepções do dossiê de 2021 realizado pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil apontam para a necessidade de compreender os contextos de forma complexa, tendo em vista a multiplicidade de atravessamentos que influenciam nessas agressões, tais como, a situação de vulnerabilidade em que parte desses sujeitos está inserida, sobretudo pessoas negras e periféricas.



Percebemos, pois, que esses sujeitos estão em uma situação de vulnerabilidade complexa que engloba, além de gênero e sexualidade, os âmbitos: social, político, econômico e racial. Nesse sentido, entendemos que a formação do psicólogo, com a ausência dessas discussões acarreta uma atuação que reproduz e perpetua preconceitos, estigmas e sofrimento.

Com isso, nós, autores deste trabalho, a partir de uma visão de mundo que entende os sujeitos enquanto históricos, críticos e que participam ativamente da construção de saber, buscamos nos debruçar sobre como discentes de um Curso de Psicologia da Universidade pública do Semiárido Alagoano compreendem as representações sociais acerca da Comunidade LGBTQIAPN+.

O tema aqui discutido nasce da leitura de Mizael, Gomes e Marola (2019) que objetivaram explicar acerca da necessidade de conscientizar e instrumentalizar os futuros profissionais da Psicologia sobre sexualidade e gênero a fim de promover uma visão oposta a patologização e estigmatização de sujeitos divergentes da cis heteronormatividade, visando assim, a uma quebra desses dogmas e preconceitos que estão impregnados na nossa sociedade.

Tendo isso em mente, questionamo-nos como os discentes do supracitado curso estão discutindo (ou não) as temáticas anteriormente expostas e quais conclusões possuem. Como alunos desse curso, notamos potencialidades, mas também muitas carências, como a ausência de disciplinas obrigatórias que abordem com centralidade a pauta LGBTQIAPN+, tarefa delegada a projetos extracurriculares, como, por exemplo, um grupo que em sua prática de pesquisa e extensão se faz o único espaço da Instituição que discute e pensa de forma pontual as dissidências sexuais e de gênero. Assim, entendemos a necessidade de levantarmos essa análise para denunciar lacunas e anunciar possíveis soluções.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo levantar opiniões e conhecimentos dos discentes do curso de Psicologia supracitado quanto à formação acadêmica voltada para a comunidade LGBTQIAPN+ e o quanto cientes estão sobre as problemáticas existentes e suas responsabilidades como profissionais. Para tanto, foi construído um questionário em formulário virtual do Google Forms com 38 perguntas, divididas nos seguintes temas: questões pessoais (idade, religião, territorialidade, identidade de gênero etc.), formação acadêmica, conhecimentos e opiniões quanto à população em questão, sendo esses questio-



namentos baseados na pesquisa de Mizael, Gomes e Marola (2019), adaptados às especificidades dos nossos objetivos.

Ademais, faz-se importante ressaltar a utilização dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Formação em Psicologia da Universidade em questão no que diz respeito à análise dos dados levantados, uma vez que os PPC's dos anos 2007 e 2018 demarcam divergências pungentes quanto à abordagem dos aspectos de gênero e de sexualidade. Pretendemos averiguar de que forma isso incide na realidade formativa dos estudantes, suas dificuldades, potencialidades e preparação para o mercado profissional.

Portanto, pretendemos, através deste estudo, com o apoio das pesquisas bibliográficas e do formulário já supracitado, contribuir na construção de uma práxis da Psicologia que foge da suposta neutralidade científica de base teórica positivista ao discutir questões de gênero, territoriais, raciais e políticas, estando assim, ética e politicamente comprometida com as maiorias populares e seus múltiplos contextos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a construção deste trabalho utilizamos como base referencial as discussões de Figueiredo e Santi (1997), autores que são importantes figuras da produção do conhecimento acerca de uma análise crítica sob o percurso histórico do surgimento e estabelecimento da Psicologia enquanto Ciência e Profissão.

Além disso, durante a pesquisa bibliográfica, foi possível perceber a importância de incluir neste texto, os estudos de Bock (2000) devido à sua criticidade em relação à atuação do psicólogo, mais especificamente no contexto brasileiro e como ela foi, por muito tempo, um instrumento de propagação das ideias da classe dominante.

Ademais, utilizamos como alicerce teórico, o grande nome da Teoria das Representações Sociais: Moscovici (2005), que foi pioneiro nesta discussão ao constituir uma definição para as representações sociais. Houve também a utilização das contribuições da teoria de Jodelet (1989) sobre a complexidade e mutabilidade das representações.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Utilizamos ainda como metodologia a pesquisa de campo, com vistas a articular os pressupostos teóricos com a realidade sobre a qual nos debruçamos, observando fatos e fenômenos através da coleta de dados (SEVERINO, 2017). Para tanto, como técnica de coleta, aplicamos questionários semiestruturados, com questões fechadas e abertas, com o seguinte caráter: “No primeiro caso, as respostas serão escolhidas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador; no segundo, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de sua elaboração pessoal” (*Ibid.*, p. 92).

As aplicações se deram de forma virtual através do aplicativo *Google Forms*, contando ainda com um termo de consentimento de pesquisa de opinião pública com participantes não identificados. Já as perguntas, reuniram informações pessoais e interseccionais, como gênero, raça, sexualidade, religião e territorialidade e questões sobre os conteúdos, as impressões e as vivências acadêmicas de 25 estudantes do curso de graduação em Psicologia de uma Universidade pública, situada na região do semiárido de Alagoas, tendo como critério de inclusão estar regularmente matriculado em qualquer período do Curso em questão, e como critério excludente, o perfil de egressos, os quais não mais detêm o vínculo institucional.

Discussão dos resultados

A pesquisa quanti-qualitativa foi constituída por 25 respondentes, que possuem uma faixa etária entre os 19 aos 40 anos, formados pelo público discente do 2º ao 10º período. Ainda no sentido das informações, foram coletados dados referentes à região de origem, autodeclaração racial, gênero, orientação sexual e religião. As informações estão presentes na tabela a seguir:



Quadro 1 – Dados coletados (Quantidade numérica de respostas por cada dado)

Idade						
2 (19 Anos)	2 (20)	3 (21)	5 (22)	6 (23)	3 (25)	4 (27+)
Período do Curso						
7 (2º Período)	5 (4º)	6 (6º)	4 (8º)		3 (10º+)	
Região de Origem						
18 de municípios próximos à Universidade		4 do mesmo município que a Universidade			3 de municípios distantes da Universidade	
Autodeclaração racial, de cor e etnia						
12 Pardos	10 Brancos		2 Pretos		1 Não declarou	
Gênero						
17 Mulheres cisgêneros		6 Homens Cisgêneros			2 Sem gênero e não-binários	
Orientação sexual						
15 Héteros	5 Bissexuais	1 Lésbica	1 Demissexual	1 Pansexual	2 Não declararam	
Religião						
9 Católica	4 Agnóstica	2 Evangélica	2 Ateia	4 Outras	4 Nenhuma	

Fonte: Acervo Pessoal dos autores.

A partir dessa tabela é possível perceber, por exemplo, a importância das políticas públicas de expansão e interiorização das Universidades Federais (CORAL, 2016). Isso por conta da alta taxa de discentes de regiões vizinhas. Lançando luz para o dado sobre o gênero, faz-se indispensável refletir sobre a necessidade de propor uma expansão de ações afirmativas que abarquem as dissidências de gênero para além daquelas pautadas na cisgeneridade.

Buscando iniciar a análise qualitativa das informações quantitativas levantadas, compreendemos como importante a comparação entre as declarações sobre os conhecimentos sobre a comunidade LGBTQIAPN+ anteriores ao ingresso à universidade e os posteriores. Nesse sentido, elaboramos a tabela abaixo condensando os dados coletados:



Quadro 2 - Dados sobre as noções de gênero e sexualidade (Quantidade numérica de respostas por cada pergunta)

Conhecimento antes de entrar na Universidade			
14 pessoas possuíam pouco conhecimento	6 pessoas possuíam conhecimento razoável	2 pessoas possuíam o mesmo que o atual	3 pessoas possuíam muito conhecimento
Conhecimento atual, após o ingresso na Universidade			
18 pessoas compreendem melhor a temática	4 pessoas possuem o mesmo que antes	2 pessoas possuíam conhecimento razoável	1 pessoa manteve baixo

Fonte: Acervo Pessoal

Buscamos em Jodelet (1989), como já foi anteriormente citado, formas de interpretar o porquê de esse processo ter ocorrido, concluindo que o ambiente educacional serviu de mediador para a construção dos novos conhecimentos e afetações quanto à população LGBTQIAPN+, devido abrir espaços para que o tema seja discutido e as próprias pessoas que fazem parte dela possam protagonizar e se apresentarem, performando suas identidades.

Dessa forma, tanto potencializando as identidades de gênero e orientações sexuais divergentes da cis heteronormatividade, quanto dando visibilidade, constatamos tais afirmações nas respostas de algumas perguntas, presentes na tabela abaixo sobre a formação acadêmica:

Quadro 3 - Dados sobre o contato com a temática na formação (Quantidade numérica de respostas por cada pergunta)

Conhecimento sobre política de amparo a saúde da população LGBTQIAPN+			
11 pessoas ouviram fora da sala de aula	5 pessoas ouviram na sala de aula	8 pessoas não lembram	1 pessoa não teve contato
Ter cursado disciplinas na graduação que abordasse a temática			
17 pessoas cursaram	2 pessoas trataram em projetos fora da sala	5 pessoas não Lembram	1 pessoa não teve acesso
Leitura de algum material obrigatório que discutisse questões LGBTQIAPN+			
17 pessoas leram	2 pessoas não lembram	6 pessoas não leram	
Recomendação de curso sobre a temática na graduação			
7 pessoas receberam dentro da sala de aula	8 pessoas não Lembram	10 pessoas não receberam	

Fonte: Acervo Pessoal



Tendo esses dados postos, percebemos que o ambiente acadêmico tem promovido espaços de afirmação da multiplicidade humana, acarretando que os sujeitos apreendem coerentemente as subjetividades que são constantemente negadas e marginalizadas socialmente. Dessa forma, ao adquirir essas informações, os discentes podem reestruturar suas interpretações sobre essa população, desviando-se do olhar estigmatizante do senso comum e então promovendo um sensibilizar e uma atuação crítica. Porém, compreendemos que nem todos terão tal percepção, pois como aponta Moscovici (2005), as novas representações se instalam em um sistema pré-existente advindo da história de vida do sujeito, portanto, alguns mais do que outros terão maior resistência aos novos prismas.

Nesse sentido, a pergunta de múltipla escolha “marque todos os sentimentos mais expressivos que você tem em relação à comunidade LGBTQIAPN” trouxe informações importantes para compreendermos como esses sujeitos se sentem sobre a temática. Foram dispostas 10 alternativas: “respeito”, a mais selecionada, aparece 22 vezes, logo após temos “admiração e orgulho”, ambas aparecendo 17 vezes, em seguida “ternura”, sete vezes, “raiva”, “tristeza”, “indiferença” e “pena” se tornaram presentes uma vez cada, enquanto que “desprezo” e “estranhamento” não foram selecionados.

Compreendemos que mesmo dentre esses sujeitos que se dispuseram a responder às nossas perguntas, há, apesar de pouco, sentimentos negativos para com as pessoas dissidentes, o que nos leva a questionar se caso os demais discentes da faculdade em questão tivessem participado, esses números aumentariam, tendo em vista que a não adesão pode significar um desinteresse geral pelo assunto, que por sua vez pode ser fruto de sentimentos nocivos enraizados pelos seus processos de vida.

Notamos, portanto, as potencialidades que o curso nos oferta como discentes deste, sendo a principal o desenvolvimento de um Grupo que se constitui como um projeto de extensão, instruído aos estudos e ao fortalecimento da comunidade, bem como a presença marcante de docentes LGBTs e aliados, que entendem como importante trazer a pauta para suas aulas, além de eventos que acontecem esporadicamente. No entanto, percebemos também várias dificuldades, dentre elas: a falta de disciplinas que discutam políticas públicas e outras especificidades para o público em questão, sendo relegadas a comen-



tários transversais durante as aulas, que apesar de importantes, possuem pouco aprofundamento, havendo ainda forte existência de preconceito dentro da instituição e a falta de políticas afirmativas para promover o ingresso e permanência dessas pessoas na universidade.

Quando perguntados “Se você pudesse, evitaria atender pessoas LGBT-QIAPN+?”, 24 pessoas das 25 participantes afirmaram que não evitariam, enquanto apenas 1 pessoa, marcou a opção de múltipla escolha “Talvez”. Apesar da quase unanimidade no resultado das afirmações, ao debruçar-nos sobre a questão aberta em seguida, que solicitou a justificativa à resposta anterior, pudemos perceber que apesar de não cogitarem evitar atender pessoas da comunidade dissidente em seus futuros campos de atuação, alguns pontuaram não ter domínio teórico para as demandas da população que, complementando com outras perspectivas respondentes, requerem atenção, estudos e cuidados mais específicos. Nesse sentido, relatou-se ainda o receio de deslizes quanto à utilização correta dos pronomes de pessoas dissidentes de gênero, por exemplo.

Percebemos, nesse sentido, contradições entre o pensamento crítico dos estudantes e suas realidades acadêmico-formativas, uma vez que mesmo reconhecendo a importância da atuação do profissional de psicologia frente aos preconceitos estruturais, suas violências e gerações de sofrimento, considerável parcela das justificativas, com discentes dos mais variados períodos, abrigou o aspecto do não sentir-se capacitado ou com arcabouço teórico suficiente quanto às práticas psicológicas voltadas para as pessoas LGBT's, preferindo, também em sua maioria, encaminhá-las para profissionais mais qualificados. Coube ainda a observação de que a maioria das respostas a essa questão que manifestaram tal despreparo teórico provieram de pessoas cisgêneros e héteros.

Destacamos a pertinência em atentar para a lacuna formativa evidenciada pelos discentes, pois mesmo no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) mais recente, que rege os procedimentos teóricos-metodológicos e que preparam para o mercado de trabalho, para além disso, em um curso de Psicologia, preparam para o contato com outras pessoas, com subjetividades e singularidades que fogem do senso comum e de aplicações generalistas, percebe-se a necessidade de aprofundamento, de um olhar e de uma escuta ético-políticas para as dissidências em questão, pressuposto fundante da profissão na contemporaneidade (Conselho Federal de Psicologia, 2023). Dessa maneira, defende-se a importân-



cia do tratamento da temática LGBT não somente de forma transversal ou extracurricular, como o PPC propõe, e sim com protagonismo e obrigatoriedade, bem como apontam as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos em Políticas Públicas para população LGBTQIA+, do Conselho Federal de Psicologia (2023), publicada recentemente.

Apesar de os PPC's de 2007 e de 2018 se circunscreverem de maneiras nitidamente distintas, este último emerge aspectos interseccionais exorbitantemente ausentes no Projeto de 2007, considerando a "(...) aceitação ativa das diversidades sociais e humanas de gênero, raça, etnia, classe social, geração, orientação sexual e necessidades específicas (deficiências, patologias, transtornos etc.)" (Universidade Federal de Alagoas, 2018), tal conquista parece não se estender ao quadro docente, deixando escapar indícios de uma desatualização em seus fazeres do profissional de psicologia dentro do ambiente universitário, onde 60% (15 pessoas) dos entrevistados declararam que durante a graduação algum professor demonstrou alguma postura ou fez alguma declaração preconceituosa sobre pessoas LGBTQIAPN+ em sala de aula; 20% (cinco pessoas) afirmaram não se recordar, e os 20% restantes alegaram que "Não". Narrativas docentes como as de ridicularização da luta pelos direitos da comunidade, de patologização, de ofensividade e demais dimensões da LGBTQIAPN+fobia foram sinalizadas. Nesse sentido, por estarmos imbricados nas vivências da realidade institucional sobre a qual nos desenhamos no presente artigo, sabemos que tais atitudes exemplificadas nas respostas do questionário concentram-se em uma única e determinada figura docente.

Todavia, a nuclearização dos crimes de homotransfobia cometidos em sala de aula por um único professor não isenta a nocividade de seus discursos, uma vez que produz e retroalimenta uma visão reducionista de sexualidade e de gênero e, conseqüentemente, representações sociais deturpadas da população LGBTQIAPN+, pois como bem diz Jodelet (2017) essas são desenvolvidas através da circulação no espaço social de forma emaranhada de sentidos, dimensões e formas como visões compartilhadas.

Dessa maneira, considera-se que o compartilhamento de ideologias que ferem os direitos humanos da comunidade contribui para a proliferação dos discursos hegemônicos que há muito a aniquilam cotidianamente, seja nos espaços corriqueiros de convivência ou nos ambientes institucionais que acabam



por colocar ainda mais a população LGBTQIAPN+ em uma margem que beira ao precipício de suas (in)existências. Em contrapartida, tendo em vista que 80% dos respondentes afirmaram já ter lido algum material com embasamento científico sobre a temática LGBT por conta própria (enquanto 20% não, por motivos de ocupações outras e de falta de disponibilidade temporal), assim, interesse, curiosidade e ampliação do saber foram elementos que perpassaram de forma esperançosa tal porcentagem. Além de que 100% dos respondentes declararam achar relevante o curso de Psicologia trabalhar a temática de gênero e sexualidade durante a graduação.

Por fim, 56% (14 pessoas) acreditam que, enquanto futuros psicólogos/as, estarão preparados para atuar com pessoas LGBTQIAPN+, enquanto 44% (11 pessoas) não. As pessoas da maior parcela acrescentam ainda que a ânsia pelo debate sobre a temática parte de motivações individuais, sobretudo de pessoas que vivenciam a realidade de serem LGBT's, dispendo ao longo do curso, e quando disposto, apenas de materiais introdutórios. 88% (22 pessoas) demonstraram interesse em realizar uma disciplina ou curso de extensão que aborde a temática de gênero e sexualidade, enquanto 12% (três pessoas) não, estes últimos com a justificativa de que por estarem prestes a concluir a graduação, no momento almejam apenas formarem-se e conseguirem o diploma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa amplia os estudos quanto a como os cursos de psicologia estão discutindo a temática de gênero e sexualidade, tomando como foco discentes do curso supracitado de uma Universidade pública no interior de Alagoas, que apresentaram, ao longo do trajeto acadêmico, conhecimentos e empatia para com a pauta LGBTQIAPN+, desconstruindo pré-conceitos. As informações levantadas apontam que a Universidade em questão desenvolve um projeto de extensão, eventos e discussões transversais dentro da sala de aula, o que pode justificar o senso crítico presente nas respostas obtidas.

No entanto, constatamos que a discussão feita não é suficiente para a constituição de profissionais preparados para a atuação com os públicos divergentes da cis heteronormatividade, tendo em vista que grande parte dos sujeitos não se sente preparada para atender tal demanda. Ademais, sentimos baixa adesão dos discentes na pesquisa, que apesar de ter sido divulgada para todas as turmas, apenas 25 alunos participaram, entendendo



que, mesmo possibilitando a discussão, não são todos que estão abertos a ela de forma autônoma.

Dessa forma, compreendendo a responsabilidade da Psicologia no processo patologizante e estigmatizante das sexualidades e identidades de gênero dissidentes, faz-se urgente a implementação de disciplinas obrigatórias que tratem da temática tanto de forma a conscientizar quanto a preparar esses futuros profissionais para atuarem com a diversidade aqui discutida.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, Rio de Janeiro, v.6, n.17, p. 111-125, jul./dez. 2001.

BENEVIDES, Bruna Garcia (org.). **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. Acesso em: 22 ago. 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as Elites. BOCK, Ana Mercês Bahia (org.) **Psicologia e o Compromisso Social**. São Paulo: Cortez, 2000. p.15-28.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf. Acesso em: 08 ago. 2023.

CORAL, Marinês. **As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da Universidade Federal de Alagoas e seus rebatimentos no Curso de Serviço Social de Palmeira dos Índios**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/26611/1/TESE%20Marinês%20Coral.pdf>. Acesso em 19 ago. 2023.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia: uma (nova) introdução**. São Paulo: Educ, 1997.



GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna Garcia; LARRAT, Symmy (org.). **Dossiê: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Curitiba: PUCPress, 2017.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. JODELET, Denise.. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. p.31-61. MIZAEI, Táhcia Medrado; GOMES, Ariane Rico; MAROLA, Paula Pizzirani. Conhecimentos de Estudantes de Psicologia sobre Normas de Atuação com Indivíduos LGBTs. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39. p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003182761>. Acesso em: 21 ago. 2023.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOURA, Cauê Assis de. **Rascunhos de um corpo trans no (cis) tema acadêmico de pesquisa**. Anais IV DESFAZENDO GÊNERO...Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: www.editorarealize.com.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334/pdf. Acesso em: 18 ago. 2023. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Projeto Político Pedagógico do Curso de Formação em Psicologia. Palmeira dos Índios, 2018. Disponível em: <https://arapiraca.ufal.br/graduacao/psicologia/documentos/projeto-pedagogico/ppc-psicologia-2018/view>. Acesso em: 30 jul. 2023.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 20 ago. de 2023.



5

EXPLORANDO AS NARRATIVAS DE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DE ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ALAGOAS⁶

Wheber Mendes dos Santos¹

⁽¹⁾ 0000-0003-1495-4641; Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GEPE-UNEAL) e Membro do Balbucios, gaguejar uma infância (UFS). Email: whebeer@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Durante um período de dedicação incansável ao estágio supervisionado, embarcamos em uma jornada de exploração profunda das complexas relações que se entrelaçam entre corpo, gênero e sexualidade no contexto educacional contemporâneo. Essa trajetória não apenas nos permitiu delinear as nuances desses temas intrincados, mas também nos apresentou uma visão mais completa das narrativas e perspectivas que circundam os adolescentes da educação básica.

Enquanto os intervalos escolares deveriam representar momentos de socialização e descontração, infelizmente, para muitos alunos, tornaram-se um terreno fértil para casos de assédio e desrespeito. Nesse âmbito, é preocupante constatar que a escola, que deveria ser um local de aprendizado seguro e acolhedor, frequentemente, se omite diante de tais incidentes. A ausência de intervenções e diálogos adequados em relação ao assédio durante esses intervalos perpetua um ambiente onde os próprios estudantes, sobretudo as jovens alunas, sentem-se desamparados e vulneráveis.

⁶ DOI: <https://doi.org/10.48016/xiiienccultgt12cap5>



Essa lacuna nas práticas educacionais evidencia uma necessidade premente de abordar questões de gênero e sexualidade de maneira franca e proativa. É preocupante constatar que, mesmo no contexto atual, muitas instituições educacionais ainda evitam deliberadamente o enfrentamento desses tópicos, temendo talvez a controvérsia ou desconforto que possam surgir. A falta de discussões informadas e inclusivas sobre essas temáticas na sala de aula cria um vácuo educacional que deixa os alunos à mercê de informações superficiais e, por vezes, prejudiciais.

No entanto, a carência de diálogo e educação sobre gênero, sexualidade e respeito mútuo não é exclusiva da administração escolar. O corpo docente, muitas vezes, também demonstra uma falta de engajamento em trazer à tona esses tópicos vitais. Essa ausência, por sua vez, perpetua o estigma e a invisibilidade em torno dessas questões, dificultando a formação de uma mentalidade crítica e informada entre os estudantes.

No decorrer da pesquisa, optamos por uma abordagem singular para coletar dados que proporcionassem uma visão autêntica das percepções dos adolescentes. Eles foram incentivados a criar narrativas pessoais a partir de fragmentos de textos variados, culminando na coautoria de um texto original que fosse verdadeiramente representativo de suas vozes, muitas vezes ignoradas pelas estruturas da escola. Essa abordagem colaborativa permitiu-nos não apenas mergulhar nas perspectivas individuais, mas também capturar as interseções e divergências que compõem a tapeçaria complexa dessas temáticas.

No processo de análise aprofundada, direcionamos nosso foco para as narrativas produzidas pelas alunas. Essa escolha foi deliberada, fundamentada no entendimento de que as jovens alunas são frequentemente mais afetadas pelos casos de assédio presentes na escola. Ao explorar suas histórias e experiências, buscamos compreender as múltiplas camadas que permeiam suas vivências e, deste modo, contribuir para uma compreensão mais empática e fundamentada dessas dinâmicas complexas.

Nesse contexto, a pergunta central que norteou nossa pesquisa ganha destaque: “A quem pertence meu corpo?” Essa indagação sutil encerra uma profundidade de significados que abrange desde a propriedade física até a identidade pessoal. Por meio dessa questão, visamos desvendar as diferentes



perspectivas que os adolescentes trazem sobre a relação entre corpo, gênero e sexualidade. Compartilhando as descobertas e reflexões obtidas ao longo dessa investigação, aspiramos a fomentar um diálogo aberto, esclarecido e inclusivo no âmbito educacional e na sociedade em geral.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, adotaremos a abordagem da Análise do Discurso Foucaultiana (FOUCAULT, 1970) para examinar as narrativas produzidas por adolescentes em relação a corpo, gênero e sexualidade. A metodologia escolhida busca compreender como essas narrativas são moldadas por relações de poder e conhecimento, conforme delineado pela teoria de Michel Foucault (2019).

Utilizaremos os textos produzidos pelas alunas, a fim de examinar esses agenciamentos explorando a fundo as narrativas coletadas. Identificamos os discursos presentes, ou seja, as formas de falar sobre corpo, poder, escola e família. Examinaremos como o poder é exercido por meio desses discursos, como o conhecimento é produzido e como as identidades são construídas e contestadas através da linguagem. O corpo não é uma realidade nem um conceito, mas uma categoria de práticas, um campo de correlações, um ponto de interseção de sistemas de força (FOUCAULT, 2020).

Destacamos os discursos predominantes, as relações de poder e as construções de identidade presentes nas narrativas. Interpretaremos esses resultados à luz da teoria de Foucault, fornecendo conclusões significativas que contribuam para uma compreensão mais aprofundada das interações entre corpo, gênero e sexualidade no âmbito educacional.

MULHERES EM ALAGOAS: UMA BREVE DISCUSSÃO

A discussão sobre a interconexão entre mulheres em Alagoas revela um cenário profundamente marcado por transformações socioculturais que deixaram marcas indeléveis na trajetória do estado. A análise aprofundada do conceito de feminino nos oferece um panorama enriquecedor das experiências das mulheres alagoanas, à medida que trilham caminhos complexos nesses contextos específicos.



A família emerge como uma instituição de destaque nas vidas das mulheres alagoanas, desempenhando um papel central. O tradicionalismo da estrutura familiar, frequentemente, refletia valores conservadores, restringindo as oportunidades e os papéis destinados às mulheres na sociedade. Conforme afirma Santos (2009), essa dinâmica familiar tem passado por transformações, conduzindo a novas configurações nas tomadas de decisões e na educação dos filhos.

Em um enfoque mais detalhado, as jovens alagoanas enfrentam uma confluência de influências vindas da família, escola e sociedade durante a adolescência, uma fase crucial de desenvolvimento. Durante muito tempo, o acesso limitado à educação para mulheres em Alagoas durante essa fase restringiu seu engajamento na esfera pública. No entanto, Santos (2015) argumenta que há esforços contínuos para expandir o acesso à educação, abrindo horizontes mais amplos e renovando oportunidades para as jovens alagoanas.

A escola se destaca como uma instituição de moldagem das jovens alagoanas, influenciando perspectivas e aspirações futuras. A história educacional de Alagoas narra tanto a exclusão quanto a inclusão de mulheres nas esferas educacionais. Desde os primeiros movimentos de luta pelo acesso à educação formal até as iniciativas contemporâneas por currículos inclusivos e sensíveis ao gênero, a escola se revela como uma arena de debate e transformação para as mulheres alagoanas.

A consideração das vozes das mulheres alagoanas, em todas as fases de suas vidas, enriquece a compreensão das complexas interações entre família, adolescência e escola. Almeida (2018) enfatiza que as narrativas das mulheres alagoanas desempenham um papel crucial na delimitação de suas experiências e na busca por equidade e empoderamento. Uma abordagem interdisciplinar desses temas contribui para um panorama mais completo da história de Alagoas, revelando as lutas e conquistas das mulheres em suas trajetórias únicas.

Conforme destacado por Foucault (1972), o poder está intrinsecamente entrelaçado com relações sociais e institucionais. No cenário educacional de Alagoas, dinâmicas de poder moldaram os papéis das mulheres tanto como educadoras quanto como educandas. Instituições educacionais, frequentemente enraizadas em paradigmas patriarcais, perpetuaram desigualdades de



gênero. Entretanto, Almeida (2018) destaca que as mulheres alagoanas estão se posicionando como agentes de mudança, desafiando as estruturas de poder e redefinindo seus lugares na educação.

As instituições educacionais também funcionam como espaços de construção de subjetividades. Através do currículo, das políticas institucionais e das relações interpessoais, moldam-se perspectivas e identidades. Santos (2019) argumenta que, historicamente, a educação em Alagoas frequentemente reforçou estereótipos de gênero, impactando a forma como as mulheres se viam e eram vistas. No entanto, iniciativas recentes têm procurado promover uma educação inclusiva e equitativa, empoderando as mulheres a desafiar as normas estabelecidas.

A subjetivação das mulheres no contexto educacional alagoano é uma construção complexa, influenciada tanto por estruturas de poder quanto pela agência das próprias mulheres na criação de suas identidades. A história das mulheres alagoanas que se destacaram na educação oferece exemplos inspiradores de resistência, superação e empoderamento, moldando um legado que inspira as gerações futuras.

ANÁLISE DO DISCURSO DAS NARRATIVAS DAS ALUNAS

No coração da efervescente sociedade alagoana, duas jovens mulheres adolescentes, Maria e Clara⁷, emergiram como almas inconformadas com os rígidos papéis de gênero impostos a elas, sobretudo devido aos marcantes acontecimentos que observavam na monótona e habitual rotina da escola em que estudavam. Em um estado onde tradições culturais e valores patriarcais se entrelaçavam, Maria e Clara se destacavam por suas perspectivas desafiadoras, questionando não apenas as convenções de gênero, mas também os próprios fundamentos de suas famílias.

Maria, uma adolescente negra da periferia, carregava uma luta racial firmada desde seus primeiros anos de vida. Sua história pessoal a incitou a questionar profundamente as desigualdades sociais que afetavam diretamente a vida de muitos alagoanos. Enquanto observava sua comunidade enfrentar adversidades constantes, Maria não se contentou em apenas aceitar as normas

⁷ Nomes fictícios atribuídos às adolescentes para preservar sua identidade.



preconcebidas. Ela encontrou inspiração na trajetória de figuras históricas que resistiram contra a opressão racial, alimentando sua convicção de que a mudança não era apenas necessária, mas possível. Por trás de sua postura combativa, Maria encontrou na sua própria experiência uma força poderosa para enfrentar a adversidade, inspirando-a a questionar as tradições arraigadas que perpetuavam o papel subalterno das mulheres em sua comunidade.

Do outro lado Clara, uma adolescente branca, também periférica, estava imersa em uma batalha pela emancipação das mulheres e pela quebra dos padrões de gênero e sexualidade na sociedade alagoana. Educada em uma família que valorizava a igualdade e a educação, Clara se recusava a se conformar com as expectativas tradicionais atribuídas às mulheres. Sua jornada começou com o questionamento de pequenas imposições de gênero na escola e em casa, crescendo para uma busca apaixonada pela compreensão das raízes históricas das desigualdades de gênero. Clara, por sua vez, via o potencial de mudança na educação e na conscientização e acreditava que a transformação social começava com uma mudança de mentalidade.

As trajetórias de Maria e Clara, apesar de diferentes, compartilhavam um núcleo de inconformidade e uma vontade incansável de desafiar a norma. A luta de Maria contra o racismo a levou a questionar não apenas o papel de gênero tradicionalmente atribuído às mulheres, mas também a interseccionalidade entre raça e gênero. A história de Clara de questionar a norma de gênero estava intrinsecamente ligada à sua luta pela igualdade das mulheres em todos os aspectos da sociedade. Essas duas jovens, em suas próprias esferas de influência, emergiram como agentes de mudança e questionadoras das tradições enraizadas.

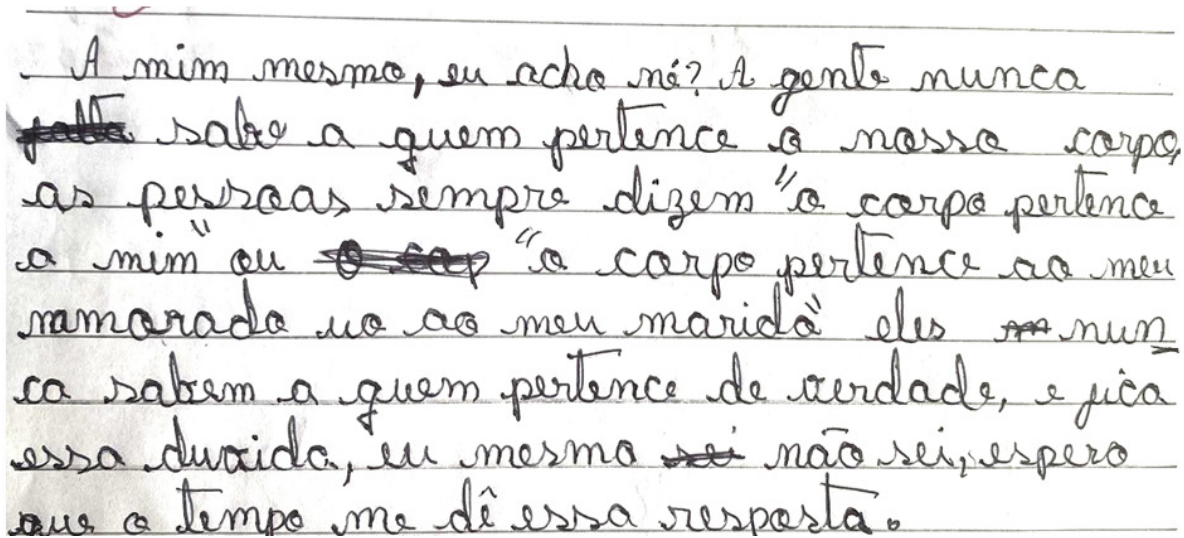
No entanto, apesar das diferenças em suas experiências, Maria e Clara compartilhavam um objetivo comum: a busca por um mundo onde as mulheres pudessem viver livremente, sem as restrições impostas pelo patriarcado e pelas expectativas de gênero. E enquanto suas lutas muitas vezes se entrelaçavam, elas reconheciam a importância de suas perspectivas únicas, que enriqueciam a tapeçaria da mudança social.

Maria e Clara eram um lembrete eloquente de que a transformação não se limita a uma única dimensão da sociedade. Enquanto Maria enfrentava as



complexidades do racismo estrutural e da opressão racial, Clara lutava contra a desigualdade de gênero e a limitação dos papéis tradicionais. Ambas desafiavam as organizações familiares, que muitas vezes sustentavam e perpetuavam essas normas. Suas histórias nos lembram que o ativismo pode florescer em todos os cantos da sociedade, e que a mudança começa quando as vozes dos inconformados se unem para desafiar o *status quo* e construir um futuro mais igualitário e inclusivo.

Imagem 1: Fotografia do Relato de Maria



A mim mesmo, eu acho né? A gente nunca sabe a quem pertence o nosso corpo, as pessoas sempre dizem "o corpo pertence a mim" ou "o corpo pertence ao meu namorado ou ao meu marido" eles nunca sabem a quem pertence de verdade, e fica essa dúvida, eu mesmo sei não sei, espero que o tempo me dê essa resposta.

Fonte: autor

A análise das narrativas compartilhadas pela jovem alagoana revela uma profunda reflexão sobre a propriedade e o controle do corpo, bem como as complexas expectativas sociais que cercam essa questão. Ademais, seguimos ao exame de como o poder se manifesta na sociedade através do controle sobre os corpos e a sexualidade. A análise discursiva das narrativas permite desvendar camadas de significado e uma luta interna entre normas culturais e busca por autonomia (FOUCAULT, 1976).

A expressão "(Meu corpo pertence) a mim mesmo, eu acho, né?" carrega uma ponderação e hesitação que refletem a incerteza acerca da propriedade do corpo. A hesitação sugere que a jovem está ciente das narrativas conflitantes que permeiam essa questão, como evidenciado na sentença subsequente. Simone de Beauvoir, em **O Segundo Sexo** (1949), explora a construção social



das identidades de gênero e como as mulheres frequentemente são ensinadas a considerarem seus corpos como propriedade de outros, contribuindo para essa ambiguidade.

A menção a pessoas que afirmam “o corpo pertence a mim” ou “o corpo pertence ao meu marido” denota uma dualidade nas percepções sobre a propriedade do corpo. A jovem está consciente das expectativas tradicionais que pressionam as mulheres a considerarem seus corpos como pertencentes a outros, seja ao parceiro ou à sociedade em geral. Essa dualidade é aprofundada pela observação de que as pessoas “nunca sabem a quem pertence de verdade”. Aqui, Judith Butler (2020), introduz a noção de performatividade de gênero, argumentando que as identidades de gênero são construídas através de atos repetidos e ritualizados, incluindo a afirmação da propriedade do corpo.

A afirmação de que “elas nunca sabem a quem pertence de verdade e fica nessa dúvida” indica a ambiguidade subjacente à questão. A jovem reconhece que há complexidade em definir a propriedade do corpo, o que pode ser interpretado como um questionamento das normas tradicionais que tentam impor essa definição. Essa ambiguidade reflete a luta entre as narrativas sociais e a busca pela própria identidade e autonomia.

A declaração “eu mesmo não sei, e espero que o tempo me dê essa resposta” encapsula a ambivalência da jovem em relação à questão. Ela revela a esperança de que o tempo não imponha uma resposta definitiva, sugerindo uma preferência pela liberdade de definição pessoal em vez de conformidade com normas preestabelecidas. Essa declaração também ilustra o desejo da jovem de manter a possibilidade de escolha e autodeterminação em relação ao seu corpo.



Imagem 2: Relato de Clara

Mos tempos antigos, o corpo da mulher era dado como um brinquedo para os ^{homens} homens. E até hoje, algumas pessoas pensam assim.

Em casa, muitas vezes já escutei coisas do tipo: "Aprenda a ~~sustentar~~ fazer comida para sustentar seu futuro marido" ou então "Mulher foi feita para estar na cozinha. E eu me pergunto: Por que as mulheres têm que ter esse tabu na sociedade? Bem, isso é algo que eu espero para que no futuro seja melhorado."

Fonte: autor

A frase "aprenda a fazer comida para sustentar seu futuro marido" evidencia a persistência de normas de gênero tradicionais ao longo do tempo. Essa instrução sugere a existência de expectativas arraigadas sobre os papéis das mulheres no contexto doméstico, bem como sua função de cuidadoras. A menção de "mulher foi feita para estar na cozinha" reforça essa ideia, associando as mulheres ao espaço doméstico e à execução de tarefas específicas.

A pergunta "por que as mulheres têm que ter esse tabu da sociedade?" reflete uma conscientização crítica sobre a arbitrariedade e a limitação dessas normas. O termo "tabu" sugere que essas imposições não são apenas construções sociais, mas também irracionais e sufocantes. Essa pergunta demonstra a resistência da pessoa em aceitar passivamente essas normas de gênero.

Adicionalmente, o discurso sugere uma busca por compreensão, questionando a lógica por trás da imposição desses papéis estereotipados. A frase "eu me pergunto por que?" reflete o desejo de desvendar os fundamentos dessas normas e por que elas persistem na sociedade. Isso também evidencia a conscientização de que as normas de gênero não são naturais ou inquestionáveis, mas sim construções sociais que podem e devem ser questionadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise da interconexão entre mulheres em Alagoas revela um tecido social complexo e em constante transformação. As experiências das mulheres alagoanas são marcadas por uma *interplay* intrigante entre família, educação e sociedade, refletindo tanto a persistência de normas tradicionais quanto os esforços para desafiá-las. A dinâmica familiar, que em tempos passados impôs limitações e restringiu os horizontes das mulheres, hoje está em um processo de evolução, com mulheres cada vez mais engajadas nas tomadas de decisões e na educação dos filhos. A escola, por sua vez, emerge como uma arena de debate e transformação, com histórias de exclusão e inclusão de mulheres ao longo dos anos. Através das vozes das mulheres alagoanas, a luta pela equidade e empoderamento se revela como um fio condutor que atravessa gerações e molda um panorama mais completo da história do estado.

No âmbito da educação, as narrativas das jovens alagoanas Maria e Clara personificam a coragem de desafiar os estereótipos de gênero impostos pela sociedade. Suas trajetórias únicas, embora distintas, se unem em um objetivo comum de desafiar as normas patriarcais e construir um futuro mais igualitário. Maria, com sua determinação em enfrentar as desigualdades raciais, e Clara, com seu compromisso em quebrar barreiras de gênero e sexualidade, destacam a importância de abordar a interseccionalidade para promover uma mudança verdadeiramente inclusiva.

A análise discursiva das narrativas das jovens alagoanas sobre a propriedade do corpo ilustra uma conscientização profunda das complexas expectativas sociais que cercam essa questão. Essas jovens questionam as normas estabelecidas, desvendando as camadas de significado por trás das afirmações sobre a propriedade do corpo. Suas hesitações, indagações e busca por autonomia revelam a constante luta entre as narrativas culturais e a busca por uma identidade autêntica.

Por fim, a consideração de todas essas perspectivas enriquece nosso entendimento da história de Alagoas e da jornada das mulheres nesse contexto. Através da família, escola e experiências individuais, as mulheres alagoanas vêm moldando e redefinindo seu papel na sociedade. Suas histórias inspiradoras de resistência, superação e empoderamento nos lembram que a mudan-



ça é possível quando vozes inconformadas se unem para desafiar as normas arraigadas, construindo assim um legado que influenciará positivamente as gerações vindouras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. **Vozes femininas na educação alagoana**: histórias, memórias e lutas. EdUFAL, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Forense Universitária, 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Difusão Européia do Livro, 1949.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, E. F. **Família, mulheres e poder em Alagoas** (1870-1930). Maceió: Edufal, 2009.

SANTOS, J. A. S. **Educação, gênero e poder em Alagoas**: uma análise da presença feminina no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Alagoas, 2015.

SANTOS, M. **Entre a escola e a família**: a construção da feminilidade na educação feminina alagoana (1889-1937). Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Estadual Paulista, Araçatuba, 2019.



6

GUEIS SUBVERSIVOS, DE UMA AMEAÇA À MORAL E AOS BONS COSTUMES, A UMA PESTE: NOTAS GENEALÓGICAS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE (1930-1983)⁸

Wheber Mendes dos Santos⁽¹⁾

⁽¹⁾ 0000-0003-1495-4641; Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GEPE-UNEAL) e Membro do Balbucios, gaguejar uma infância (UFS). Email: wheber@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco principal tentar entender de que forma os discursos sobre a homossexualidade oscilam entre uma ameaça a família tradicional brasileira e um problema de saúde pública, bem como as formas com que essas populações criaram para garantir sua (re)existência as bio-necropolíticas.

No tocante, a análise deste tema torna-se relevante, pois esta é base para compreender as relações e estigmas criados acerca do corpo homossexual na atualidade, bem como entender os processos de deserção dos corpos através de políticas de austeridade.

A presente análise parte do conceito de dispositivo de Michel Foucault (2020) e sua articulação com a homossexualidade e a racialização, buscando entender de que forma esse dispositivo está ligada a uma cadeia de produção e controle do discurso sobre a homossexualidade.

O corpo homossexual brasileiro é marcado por uma relação complexa de subjetivação a partir da produção da identidade homossexual em diferentes

⁸ DOI: <https://doi.org/10.48016/xiiienccultgt12cap6>



momentos da história, mas sempre mediada pelo dispositivo da sexualidade. No que tange a análise de um dispositivo de sexualidade e de uma análise política, a rede complexa do processo de adestramento de corpos, dá-se sob três instâncias: a recusa da mestiçagem e a constituição do casamento heterossexual e da família cis-heteronormativa.

O processo de colonização do Brasil ocorreu por meio de um credo em uma superioridade racial do civilizador, em detrimento ao civilizado, compondo-se dessa forma, a primeira diferenciação entre vidas que valem a pena serem vividas, e vidas que são marcadas para morrer, inaugurando-se o dispositivo racial brasileiro.

No século XIX, sobretudo com as ciências médicas, a diferenciação e catalogação das práticas sexuais passou a ser operada pelas normas científicas, que nesse período, passou a atuar na polícia das práticas que não contemplassem apenas a função reprodutiva. O dispositivo da sexualidade consolida-se e atua juntamente ao racial no Brasil, na tarefa de sancionar as vidas passíveis de morte, para preservação das vidas que importam: brancas, ricas e cis-heteronormativas.

No que tange esta pesquisa, uma das principais motivações foi compreender como ocorre a composição do dispositivo de sexo/raça dentro do Brasil e de que forma estes controlam as dinâmicas sexuais/raciais no Brasil até hoje. Para realizar esta pesquisa, foi utilizada a arque-genealogia Foucaultiana, como um procedimento historiográfico. Partindo da seguinte questão: Como a homossexualidade passou a ser vista como doença no Brasil? Para isso, cabe a análise de discursos sobre a homossexualidade entre 1930 e 1984. O ano de 1930 foi concebido como final da pesquisa por tratar-se da revolução de 1930 e da cristalização do dispositivo da sexualidade no Brasil, com a criação de políticas nacionais a nível de intervenção familiar. Já o ano de 1984 foi escolhido como ponto de partida, por tratar-se de um período de ascensão da epidemia do HIV no Brasil.

HOMOSSEXUALIDADE, DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E PODER

A homossexualidade compõe-se enquanto categoria, a partir do final do século XIX, sendo um produto direto do nascimento das *scientia sexualis*,



que possui a finalidade de produzir juntamente ao dispositivo da sexualidade a “verdade” sobre o sexo (Foucault, 2020). A ciência na sociedade positivista era fruto direto do projeto de racionalidade cartesiano, substituiu a crença religiosa cristã, pela metafísica científica em meio a uma temporalidade teleológica.

Dessa maneira, as chamadas ciências sexuais estão interligadas a esta episteme que foi criada para satisfazer a construção da modernidade, sendo estas uma faceta científica que atuam como um aparelho produtor de verdades, onde a verdade do sexo se torna algo essencial, útil e perigoso (Foucault, 2020). A partir disso, o “homossexualismo” é criado para categorizar um desvio de conduta moral atribuído aos invertidos, servindo para caracterizar pela primeira vez não apenas um pecado, um desvio de caráter ou uma falha, mas um desvio de ordem científica, uma doença, uma inversão do sexo que deve sofrer intervenções a nível do corpo.

A partir disso, os seres anormais denominados de homossexuais, passam a ser condenados a inúmeros tratamentos psiquiátricos, psicológicos e médicos, além de serem encarcerados ou mortos sem qualquer direito ao luto. Dentro desse cenário de docilização/exterminio do corpo homossexual, passa a se formar um estigma sobre eles: uma representação social instaurada como regra de comunicação que consiste em criar imagens a respeito de significantes (homossexual) de maneira pejorativa.

A categoria “Inversão” era utilizada, sobretudo, pela Psicanálise Freudiana como um desvio objetal do destino da sua libido (Freud, 2016). A Psiquiatria do final do século XIX, concebia a homossexualidade como uma degeneração, um desvio do caráter moral. Nesse sentido, havia uma mescla de significados atribuídos socialmente a um mesmo significante, neste caso, o homossexual era visto como perverso (aquele que foge da normalidade sexual) e perverso (aquele que apresenta desvio moral.) Nesse contexto, é observável uma mescla de significantes, elegendo o homossexual como perverso-perverso.

Dentro dessa perspectiva, as práticas eróticas tidas como invertidas, passam a ser realizadas com cautela e constante polícia de si e dos outros: se um alguém fosse pego, ou denunciado ser invertido, este seria preso, mandado para um manicômio ou um convento. Segundo Goffman (1980), as instituições totais fazem parte de um conjunto institucional que produzem sujeitos docilizados



através de intervenções totais, desarticulando a realidade sujeito-outro e tornando-a barrada por uma intervenção institucional controlada aos anseios de quem a regula.

O constante poder sobre a vida formou as disciplinas anátomo-políticas do corpo humano, transformando este em uma máquina docilizada apta ao controle econômico eficaz, centrando-se no corpo-espécie perpassado por uma mecânica da vida, alicerçada em um conjunto-base de processos biológicos: a proliferação, a duração da vida e a longevidade, atribuindo um aparato de interventores e reguladores de uma população, nascendo assim, a biopolítica (Foucault, 2020).

O biopoder instaura-se tendo a morte como limite da sua trama, pois ele acontece em meio a interação, entre sujeito e objeto, não se materializa, muito menos anterioriza, este instaura-se no “ponto mais secreto da existência, o privado” (Foucault, 2020, p.130).

DISPOSITIVO SEXUAL-RACIAL BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DISCURSIVA DA HOMOSSEXUALIDADE (1910-1950)

As controversas primeiras décadas do século XX firmaram o desenvolvimento de um dispositivo da sexualidade brasileira, marcado friamente pelo biopoder e pelo racismo étnico e anormal, apoiando-se em um uma lógica totalmente higienista. De acordo com os manuais populares distribuídos por setores de saúde e educação do início do século XX, os “Manuais de Casamento”, consolidam o principal cerne do dispositivo de sexualidade desenvolvido em terras brasileiras: o controle através do casamento, que estabeleceria a posse à união (Priore, 2017).

O casamento seria a principal forma de regulação política da sexualidade, visto que, através deste a reprodução seria alcançada. Durante o governo Vargas, existia um grande apelo através da formulação de grandes campanhas publicitárias contra a libertinagem. A mulher, nesse contexto, assumiu de maneira planejada o protagonismo do lar, com a configuração da figura da “grande mãe” que foi criada para incentivar o casamento e a reprodução mediada pelas políticas sexuais varguistas.



A biopolítica varguista tinha como finalidade preencher o grande vazio demográfico que seria o Brasil estadonovista (Priore, 2017), além de promover a ascensão de uma instituição validada pelo âmbito político-religioso como forma higiênica, descartando a perversão de um prazer que fugisse da economia discursiva que tangia o dispositivo sexual brasileiro. Nesse viés, foram criadas campanhas de incentivo a ao casamento e a reprodução, como o decreto que valida o segundo domingo de maio, o famoso dia das mães:

Art. 1º O segundo domingo de maio é consagrado às mães, em comemoração aos sentimentos e virtudes que o amor materno concorre para despertar e desenvolver no coração humano, contribuindo para seu aperfeiçoamento no sentido da bondade e solidariedade humana.

Além da instituição do “Dia das Mães”, durante a Era Vargas, foram firmadas intromissões no íntimo dos casais, como a criminalização do casamento consanguíneo, a instituição da lua de mel, a constituição do romance, a educação sexual para noivos, todo um aparato para manter a mulher branca, cis heteronormativa e de elite um símbolo da consolidação de um projeto higienista. “O bordão era: ‘a vida sexual normal’ como sinônimo de ‘amor, união, paternidade, maternidade e família.’” (Del Priore, 2017, p.126).



Imagem 1: Propaganda do Governo Vargas



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

As propagandas estadonovistas representam sempre uma família extremamente feliz. Mas, o discurso está para além do que é visto. O governo Vargas construiu essas propagandas para criar um ideal de Brasil: um Brasil branco, de uma esposa vulnerável, dona de casa; um filho casto; todos subservientes ao grande pai. É a materialização imagética de um dos pilares do biopoder brasileiro.

O governo varguista atua juntamente com um conjunto de médicos, psicólogos, pedagogos, padres no complexo papel de higiene social, excluindo práticas perversas da vida de casais, e fazendo morrer os anormais. Porém, uma das marcas do dispositivo sexual brasileiro é a sua articulação com uma rede bio-necropolítica epistemicida, formulada seguindo a mesma lógica, mas agindo sobre corpos negros.

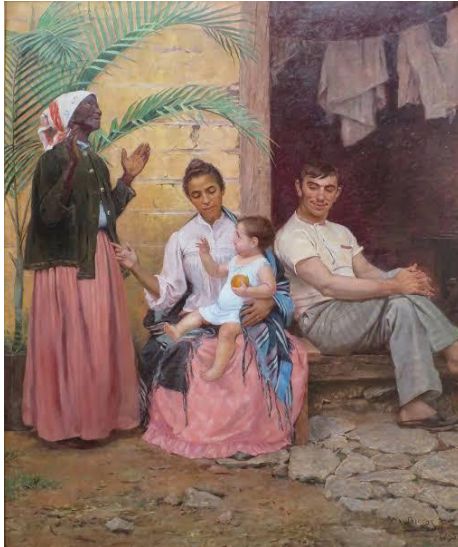
O racismo é essencial para a grande formulação do biopoder. Neste caso, o racismo consiste em uma permissividade para transformar uma “unicidade” em diferença, através de um processo de segregação (racialização)⁹. Este, é uma tecnologia do poder inerente ao Estado, que dita o que “deve viver e o que deve morrer.”

Pouco antes da Revolução de 1930, sobretudo a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, rendidos sobre o ideal de progresso apresentando-se como o grande nervosismo moderno, uma série de intelectuais brasileiros começaram a discutir sobre a viabilidade da nação brasileira. Nina Rodrigues, um dos grandes nomes do higienismo à moda brasileira, detendo-se a estudos racistas, ligados a anatomopatologias do parcela da população pobre, inspirado em Lombroso e Wundt, concluiu que a população miscigenada estava ligada a doenças e à criminalidade, sendo a miscigenação o principal motivo de “atraso brasileiro”. A obra “A Redenção de Cam”, de Modesto Brocos (1895), representa de forma mais explícita o discurso higiênico brasileiro das primeiras décadas do Século XX:

⁹ FOUCAULT, 2005, p. 304.



Imagem 2: A Redenção de Cam



Fonte: Enciclopédia Digital ITAÚ (2021)

A materialidade apresentada acima foi pintada por Modesto Brocos y Gómez, gravador espanhol que foi enviado ao Brasil com a intenção de registrar o cotidiano do país. A obra “A Redenção de Cam”, apresenta um vínculo discursivo com as teorias higiênicas racistas: a avó da criança (negra) agradece à Deus pelo neto ter nascido branco, através do casamento heterossexual de sua filha (negra não-retinta) com um homem cis (branco). Além de um mecanismo de higienização das formas de prazer impuras, o casamento se estabelece como um mecanismo biopolítico de fazer morrer não só corpos negros e indígenas, como também fazer morrer a sua cultura.

É impossível uma análise que não incute em um panorama interseccional das categorias raça, classe, gênero e sexualidade, pois a biopolítica brasileira dedica-se a deixar morrer as dissidências da norma branca, elitista, cis-heteronormativa. Dentro desse contexto, as variações sexuais e de gênero, como as travestis e homossexuais adentram a categoria dos “invertidos”, constituindo-se para aquela sociedade como um terceiro gênero: “A estrutura binária heterossexista que restringe os gêneros a masculino e feminino limita uma compreensão adequada das formas de convergência subversiva e imitativa que caracterizam as culturas gay e lésbica” (Butler, 2020, p. 121).



“HOMO ERÓTICOS”: QUAIS SERIAM OS CRIMES DESTES RAPAZES?

“O homossexualismo é antissocial. É a destruição da sociedade” (Del Priore, 2017, p. 150), frases como estas eram facilmente proferidas durante a primeira metade do século XX, no Brasil, aliada a um grande receio de ser apontado como desviado, cria-se o machão.

Em Copacabana, eram incontáveis os lugares onde homossexuais poderiam socializar-se nos anos 50. Cafés ao ar livre enfileiravam-se nas amplas calçadas com mosaico preto e branco que se ondeavam ao longo da Avenida Atlântica. Podiam-se fazer uma parada no Alcazar, onde homens vestidos como mulheres desfilavam com suas fantasias durante o Carnaval, cujos banheiros eram locais onde sempre se podia fazer sexo rápido.” (Green, 2020).

Durante os anos 50, muito inspirados nas produções cinematográficas que apresentavam, sobretudo, um ideal urbanizado, representando prazeres e liberdades de uma vida na cidade. Homossexuais então sonhavam com uma maior possibilidade de expressarem sua orientação sexual. A pressão que através do processo de normatização, incute no processo de migração das subculturas homossexuais para os grandes centros urbanos, sobretudo, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo: “O pernambucano Agildo Guimarães, criador do jornal gay **O Snob**, publicado entre 1963 e 1969, é um dos representantes dessa geração que precisaram mudar de cidade para poder vivenciar sua orientação sexual” (Péret, 2019, p.63).

Porém, não eram todos que tinham possibilidades de realizar uma mudança para grandes centros urbanos, entre estes, incluem-se as populações negras homossexuais - as bixas pretas- que eram rechaçadas e mortas no interior, caso saíssem da norma. O processo de formação da homossexualidade negra é marcado por dor, uma vez que analisando interseccionalmente, o homem negro, passa por uma forma de animalização. Dentro desse cenário, o homem negro busca na masculinidade um recanto para ser lido como homem, o “macho-beta”, uma forma dissidente do “macho-alfa” (branco-cis-hétero) (Veiga, 2018).

Aos poucos, os homossexuais foram criando formas de (re)existências, nas chamadas heterotopias, que seriam locais geográficos que fornecessem



formas de escapar das tramas do exercício do poder disciplinador que recai sobre seus corpos.

Em meio a essas heterotopias, nasce dentro de espaços toleráveis, formas desses indivíduos conseguirem se organizar enquanto forma de resistência ao poder. O movimento homossexual tem seus primeiros suspiros no final da década de 60, de maneira organizada para cessar as políticas de deserção dos corpos.

Durante o processo migratório de homossexuais para grandes centros urbanos, estes começaram a formar pequenos grupos identitários, para compor uma rede de trocas simbólicas através da linguagem. Desta forma, as comunidades homossexuais assimilam traços plurais, com finalidade de compor uma identidade própria:

Na medida em que o homossexual consegue efetuar contatos e descobre que existem outras pessoas na sociedade semelhantes a ele, também excluídos do grupo majoritário, tende a encarar de outra forma suas experiências e ressignificar sua afirmação pessoal como homossexual, atrelando-se cada vez mais a essa categoria (Green,2005, P.33).

“Nas capitais e nos meios estudantis, os jovens escapavam das malhas apertadas das redes familiares.” (Del Priore, 2017, p. 134). Nesse âmbito, o país passa por inúmeras mudanças na ordem política e social, na transição dos anos 60, para os anos 70. A Revolução Sexual, como ficou conhecido esse movimento trouxe um novo paradigma comportamental para os jovens da época, como o a tentativa de quebra da sacralidade do corpo e das relações sexuais, trazidas pelo higienismo proposto pela classe médica, durante o início do século.

Os movimentos de contracultura são deveras importantes para a formação de diversos movimentos sociais, mas eles estão muito distantes de um caráter de subversão, mas próximos de uma oposição:

Há dezenas de anos falamos de sexo fazendo pose: consciência de desafiar a ordem estabelecida, tom de voz que demonstra saber que se é subversivo, ardor em conjurar o presente e aclamar um futuro para um cujo apressamento se pensa contribuir. Algumas coisas da ordem da revolta, da liberdade prometida, da proximidade da época de uma nova lei, passam facilmente nesse discurso sobre a opressão do sexo. Cartas velhas funções



tradicionais de profecia nele se encontram reativadas. Para amanhã o bom sexo (Foucault, 2020, p.11).

As falas que sustentam o sexo livre dentro da economia dos prazeres, fomentam ainda mais o processo de repressão da sexualidade, visto que o efeito subversivo é irrelevante quando se trata de uma mera oposição. Todo discurso representa um outro, nessa perspectiva, a simples oposição fortalece ainda mais o dispositivo.

Perante a esse processo, eclode em 1964 um período obscuro da História do Brasil: O golpe Militar. O processo ditatorial brasileiro configurou-se enquanto um Estado de Exceção, que deu capacidade ao Estado para criar mecanismos de punição e de vigilância ainda mais intensos, com o uso de violência em todos os âmbitos, a constante polícia pelas tecnologias de vigilância, com a implantação do Serviço de Inteligência Nacional (Teles; Safatle, 2010).

Para garantir o firmamento dessa condição, foram eleitos os grandes inimigos que seriam alvos do necropoder militar: os subversivos. A subversão era a dissidência da norma, eram corpos que eram marcados para morrer, tanto fisicamente, como simbolicamente, com estado de exceção permanente (Mbembe, 2018).

A tortura constitui-se enquanto um desdobramento do estado de exceção a serem aplicados naqueles que ousassem subverter as ordens do soberano - aquele que regula as tecnologias biopolíticas-, que escolhe quais corpos deverão morrer. Nesse processo, nos corpos anormais¹⁰ a *bios* é radicalmente reduzida a *zoé*, sendo destituídos de quaisquer direitos, sendo transformados em vidas nuas (Agambem, 2004)

A Necropolítica seria a categoria mais adequada para referir-se a esse conjunto de políticas que se desdobram da biopolítica e operam em consonância com a execução de vidas nuas. Durante esse processo, a homossexualidade foi um alvo maior do mecanismo necropolítico com a formulação de um panorama de ações disciplinares que permeavam o campo simbólico.

¹⁰ Neste caso, corpos anormais e subversivos ganham um significado semelhante, pois ambos representam uma exceção à norma.



As operações de limpeza, sobretudo as que aconteceram em São Paulo, representam as ações desse Estado de exceção bio-necropolítico. O delegado José Wilson Richetti comandou um dos episódios mais violentos a população homossexual. Prostitutas, travestis e homossexuais eram friamente atacados pela polícia. Em resposta, o movimento negro e feminista integraram-se a causa e promoveram uma série de protestos contra a repressão.

Desse modo, estes movimentos articulam-se para tentar resistir: “onde há poder há resistência e, no entanto, (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder.” (Foucault, 2020, p. 104-105). As formas de resistência também representam posições dentro de uma ordem discursiva, embora subversivo, estes movimentos tentam inflamar certas partes do corpo certos momentos da vida, certos tipos de comportamento.

Os documentos do SNI sobre as reuniões dos grupos homossexuais constroem, falam de uma posição de soberania, onde quem o retratou, nesse caso os agentes secretos, narram o acontecimento com um caráter objetivo, com a intenção de denunciar essas práticas subversivas na época do chumbo grosso. Os documentos da mídia alternativa mostram o contrário, nesse caso, promovem uma mobilização do grupo acerca das “mortes destes rapazes” e dos possíveis desaparecimentos, sendo voltados exclusivamente para homossexuais, o público que iria consumir.

O FENÔMENO GAY E A “PESTE GAY”: “GREVES, BONECAS E CHUMBO GROSSO”

O Jornal **Lampião da Esquina** era um jornal homossexual que circulava clandestinamente no Rio de Janeiro e possuía um formato amplamente crítico a todas as parcelas da sociedade. Ele mantinha um caráter informativo, porém humorístico. “Não fique aí parado esperando a revolução. Tenha um orgasmo agora!”. Uma das edições com mais visibilidade, sem dúvidas é a de julho de 1979:



Imagem 3: Jornal Lampião da Esquina de junho de 1979.



FONTE: Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (1979)

Esta edição foi escrita durante as grandes greves do ABC, “As massas do ABC: na vanguarda da ‘normalidade’”. Esta apresenta duras críticas à esquerda e sua visão de classe operária, bem como a homofobia e machismo presentes na luta sindical. “O quê, garota? Viado? Olha aqui, viado comigo é na porrada! Não, nunca me fizeram nada, mas é bom eles nem tentar!”¹¹ Os novos movimentos sociais não eram bem-vistos pela classe trabalhadora, dessa forma, o movimento homossexual era subversivo ao Estado, e aos opositores da burguesia

Tangenciando os movimentos trabalhistas, os homossexuais, as travestis e as lésbicas buscaram novas formas de organização e articulação com os movimentos negro e feminista. **O Lampião da Esquina** representava mais que um jornal: um meio de tentar unificar as pautas de um movimento recente. Neologismos como “bixórdia”, “bofe”, “guei”, “boneca”, “lésbica” passaram a fazer parte de uma nova linguagem dentro da língua. Apesar da sua força política intensa, este jornal tinha seus problemas de representatividade, uma vez que a equipe editorial era composta apenas de homens cisgêneros homossexuais e não retratavam todas as pautas exigidas como as lésbicas e as travestis.

A criação das culturas urbanas homossexuais é amplamente divulgada por esse jornal, que se tornou, durante a ditadura, um veículo de compartilha-

¹¹ Luís Duarte da Rocha- fala concedida ao jornal Lampião da Esquina.



mento de notícias, humor e formação política aos militantes do movimento homossexual e seus simpatizantes. A cultura homossexual consolida-se a partir da influência política do movimento feminista, precisamente a segunda onda e, em paralelo, com a unificação do movimento negro, surge o o grupo **Somos**, em São Paulo, um dos maiores símbolos de resistência nesse período

Os primeiros passos do movimento – liderado em São Paulo, pelo grupo **Somos** - foram as políticas de politização, com a distribuição de folhetins e jornais em locais onde havia apresentações de artistas homossexuais, como bailes de carnaval (Green, 1999). Dessa forma, o grupo conseguia politizar homossexuais e fazer a passagem de informações e estratégias para evitar violências e pressões.

Essa revolução, que começou a engatinhar, teve um grande papel de proporcionar uma mudança nas formas de descobrir a sexualidade dentro do país, os homossexuais que eram vistos com as expressões de gênero como “bixa-bofe” e “fancha-lady”, passaram a ser o moderno que é visto de maneira igualitária gay-gay. (Green, 1999)

Organizações como o **Grupo Somos** e o **Grupo Gay da Bahia** (liderado por Mott, tem grande influência na organização no Nordeste.); e em segundo plano, grupos menores, mas de extrema resistência, como o **Dialogay** em Sergipe e o **Atobá**, no Rio de Janeiro, são grupos que marcam a resistência das culturas homossexuais (Green; Quinália, 2014).

A década de 80, sobretudo para a população homossexual, transformou-se em um inferno. A *Síndrome Deficiência Imunológica* foi rapidamente espalhando-se e abateu principalmente a parcela da população que era adepta ao amor livre. Antes disso, pouco se falava em preservativos, fidelidade e abstinência. Esta abateu boa parte dos militantes do movimento homossexual, como o **Grupo Somos**, principal recanto da militância homossexual brasileira.

Em São Paulo noticia-se que um casal de bichas se suicidou por medo da Aids. Depois de uma entrevista publicada na imprensa, Dra. Valéria Petri, especialista em dermatologia, passa a receber uma média diária de 200 telefonemas locais e interurbanos, com gente aflita pedindo informações sobre a doença. [...] No gueto homossexual há um silêncio cada vez mais pesado (Trevisan, 2000).



Os veículos midiáticos logo fizeram a vinculação da AIDS e homossexualidade, unindo estas como sinônimos. De imediato, foi cancelada a morte de centenas de homossexuais, sendo justificadas como um problema de saúde pública.

O **Grupo Somos** foi dissolvido, perdeu a sua força pela morte de seus integrantes pela AIDS. Em meio a essa grande epidemia, surge o **Grupo Gay da Bahia**, que acaba tornando-se o centro da cultura homossexual, para cobrar a impunidade das mortes de ódio cometidas contra homossexuais (Green, 1999). Vários homossexuais em desespero cometeram suicídio, como forma de tentar não sofrer mais retaliações.

O discurso higiênico que reprimiu a homossexualidade até as suas articulações políticas nos anos 60, ancorou-se no significante AIDS, criando uma representação social como regra de comunicação. Logo foi constituído, de acordo com a interação social e criando no imaginário, a analogia entre homossexual e AIDS. Desta forma constrói-se um estigma acerca do movimento gay, isso incute na “caça aos viados”.

Neste período foram intensificados os tratamentos de “cura gay”, pela religião e pela Psicologia. Havia uma atmosfera de culpa em ser homossexual; muitos buscavam a reorientação sexual como uma forma de mudar sua orientação sexual e aliviar o desamparo causado pelo estigma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no saldo total da pesquisa, pode-se inferir que o dispositivo da sexualidade opera no Brasil, juntamente com o racial. As bio-necropolíticas, a serviço da soberania, é responsável por deixar morrer determinados corpos anormais.

A homossexualidade de acordo com a sua formação discursiva passa a ser um problema de saúde pública, quando esta identidade deteriorada pela norma, passa a ser estigmatizada como representação material de um discurso. Vidas precárias que são abandonadas para a morte.

As vidas precárias (Butler, 2019) que são violentadas por ódio quando na verdade estão procurando amor, possuem algum valor? Não. As diversas vidas perdidas dentro desse processo de higienização social que acomete a homosse-



xualidade, desde o início do século, não enlutam a nação. O luto é um processo político e simbólico, é através do processo de luto que se dá valor a vida perdida. As vidas homossexuais não enlutam a nação, porque para a nação elas não merecem ser vividas. Quem está matando para se sentir seguro?

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DEL PRIORE, M. **Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2017.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREUD, S. **Obras Completas Volume 6: Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (Caso Dora) e outros textos (1901 - 1905)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GREEN, James. N.; QUINALHA, Renan (Orgs.) **Ditadura e homossexualidades - repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EDUFSCar, 2014.



GREEN, James. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no século XX. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

GREEN, J.; TRINDADE, R. (orgs.). **Homossexualismo em São Paulo:** Editora UNESP, 2005.

PÉRET, F. **Imprensa gay no Brasil:** entre militância e consumo. São Paulo: Publifolha, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

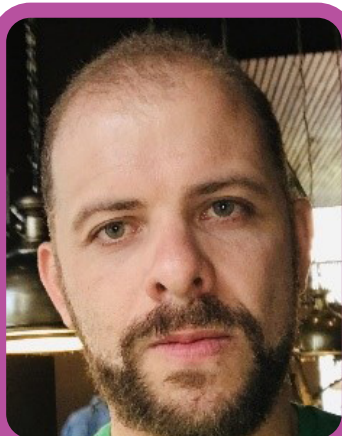
TELES, E., & SAFATLE, V. **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

TREVISAN, J.S. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil: da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VEIGA, L. **As diásporas da bixa preta:** sobre ser negro e gay no Brasil. Rio de Janeiro: Tabuleiro das Letras, 2018



SOBRE OS ORGANIZADORES



Augusto Ferreira Ramos Filho

Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA- UFPB). É professor Adjunto da Universidade Estadual de Alagoas e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura - ProDiC, área de concentração de Território, Sociedade e Desenvolvimento, atuando nas linhas de pesquisa de gênero e sexualidade, especificamente nas temáticas de masculinidades, explorações das identidades de gênero e sexuais em diferentes grupos sociais e culturas, novas configurações familiares, estudos queer e pós-gênero, violência contra pessoas LGBTQIAPN+ e interseccionalidades. É líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Com-

portamento - GEPGEC.



Luiz Geraldo Rodrigues de Gusmão

Possui graduação em psicologia pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (1983) e mestrado em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco (2011). Atualmente é professor auxiliar do Centro de Estudos Superiores de Maceió, coordenador do curso de administração da Universidade Estadual de Alagoas e professor assistente de recursos humanos da Universidade Estadual de Alagoas, atuando principalmente nos seguintes temas: administração, contabilidade e direito.



ÍNDICE REMISSIVO

A

Alagoas [8](#), [9](#), [13](#), [23](#), [34](#), [35](#), [36](#), [38](#), [50](#), [55](#), [56](#), [57](#), [58](#), [59](#), [61](#), [62](#), [63](#), [68](#), [69](#)
Autoprovocada [7](#), [34](#), [35](#), [36](#), [37](#), [38](#), [40](#), [41](#), [42](#), [43](#), [44](#)

B

Biopoder [8](#), [73](#), [75](#)

C

Ciência [6](#), [12](#), [46](#), [47](#), [49](#), [58](#), [72](#)
Covid-19 [7](#), [9](#), [11](#), [13](#), [14](#), [15](#), [17](#), [19](#), [20](#), [21](#), [22](#)

E

Enfermagem [7](#), [9](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [16](#), [17](#), [18](#), [19](#), [20](#), [21](#), [22](#)
Enfermeiras [7](#), [10](#), [13](#), [15](#), [20](#), [34](#), [40](#), [41](#), [42](#), [43](#)

F

Feminismo [14](#), [20](#), [57](#), [69](#), [84](#)

G

Gênero [7](#), [8](#), [9](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [19](#), [20](#), [21](#), [22](#), [24](#), [27](#), [31](#), [32](#), [43](#), [48](#), [49](#), [50](#), [51](#), [52](#), [54](#), [55](#), [56](#), [57](#), [58](#),
[59](#), [60](#), [61](#), [62](#), [63](#), [64](#), [65](#), [66](#), [67](#), [68](#), [69](#), [76](#), [84](#)

H

Hegemônica [7](#), [23](#), [24](#), [25](#), [26](#), [28](#), [30](#), [31](#), [32](#)
Heterossexual [71](#), [76](#)
Homossexualidade [8](#), [70](#), [71](#), [72](#), [77](#), [79](#), [83](#), [85](#)

I

Identidades de gênero [52](#)

L

LGBTQIAPN+ [8](#), [46](#), [48](#), [51](#), [52](#), [54](#), [55](#), [56](#)

M

Masculinidade [7](#), [19](#), [23](#), [24](#), [25](#), [26](#), [28](#), [30](#), [31](#), [32](#), [77](#)
Masculinidades [7](#), [23](#), [24](#), [31](#), [32](#)
Masculino [7](#), [10](#), [11](#), [19](#), [22](#), [23](#), [24](#), [25](#), [26](#), [27](#), [28](#), [29](#), [30](#), [76](#)
Maternidade [18](#), [21](#), [22](#), [38](#), [74](#)
MERS-CoV [9](#)
Mulheres [7](#), [10](#), [11](#), [12](#), [13](#), [14](#), [15](#), [17](#), [18](#), [19](#), [21](#), [24](#), [26](#), [27](#), [34](#), [35](#), [36](#), [37](#), [38](#), [40](#), [41](#), [42](#), [43](#), [51](#), [61](#),
[62](#), [63](#), [64](#), [66](#), [67](#), [68](#), [69](#), [77](#)



P

Psicologia [21](#), [22](#), [46](#), [47](#), [48](#), [49](#), [50](#), [54](#), [56](#), [57](#), [58](#), [83](#)

R

relações [7](#), [8](#), [9](#), [11](#), [12](#), [15](#), [19](#), [23](#), [59](#), [61](#), [62](#), [63](#), [70](#), [78](#)

S

Sexualidade [8](#), [25](#), [29](#), [48](#), [49](#), [50](#), [52](#), [55](#), [56](#), [59](#), [60](#), [61](#), [64](#), [65](#), [68](#), [69](#), [71](#), [72](#), [73](#), [76](#), [79](#), [82](#), [83](#), [84](#)

Suicídio [34](#), [35](#), [36](#), [37](#), [38](#), [44](#), [45](#)

T

Transexuais [47](#), [57](#)

Travestis [47](#), [57](#), [76](#), [80](#), [81](#)

V

Violência [7](#), [34](#), [35](#), [36](#), [37](#), [38](#), [40](#), [41](#), [42](#), [43](#)



O XIII ENCCULT - Encontro Científico Cultural de Alagoas (Evento NACIONAL), tem como tema nesta edição "Ciência, inovação e o papel da Universidade na produção de conhecimentos". São 13 anos contribuindo para o fomento das discussões científicas no âmbito interdisciplinar, congregando pesquisadores de diferentes instituições no contexto local, regional e nacional.

ISBN 978-65-6061-012-5



9 786560 610125